



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO para REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**

**CONTRATANTE:** Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer – SEMEDE.

**OBJETO:** Seleção das propostas mais vantajosas para o Registro de Preços, objetivando a eventual contratação de empresa(s) para fornecimento de Kits de livros paradidáticos com recursos de acessibilidade e materiais complementares, destinados à Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais e finais, e Educação de Jovens e Adultos (EJA), para atender à Rede Pública Municipal de Ensino de Rio das Ostras.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:**

**R\$ 15.661.824,97 (quinze milhões, seiscentos e sessenta e um mil, oitocentos e vinte e quatro reais e noventa e sete centavos)**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

Dia **23/03/2026** às **09:00 h** (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor Preço por LOTE.

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto e Fechado

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

SIM.

**SUMÁRIO:**

Preâmbulo

1. Do Objeto
2. Do Registro de Preços
3. Da Participação na Licitação
4. Da Apresentação da Proposta e dos documentos de Habilitação
5. Do Preenchimento da Proposta
6. Da Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação de Lances
7. Da Fase de Julgamento
8. Da Fase de Habilitação
9. Dos Recursos
10. Da Formalização da Ata de Registro de Preços
11. Do Cadastro Reserva
12. Do Reajuste Contratual
13. Das Infrações Administrativas e Sanções
14. Da Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento
15. Da Convocação e Contratação
16. Das Disposições Gerais



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**PREÂMBULO**

O MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS, através da Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos – SLCC, torna público que, realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE, COM GRUPOS DE AMPLA CONCORRÊNCIA E DESTINADOS À ME/EPP E EQUIPARADAS** nos termos da Lei Federal nº 14133/2021 e alterações supervenientes, Lei Complementar nº 123/2006 com alterações inseridas pela Lei Complementar nº 147/2014 e pela Lei nº 11488/2007, art. 34, e, de forma suplementar pelos Decretos Municipais nº 3884/2024 e 4039/2024 e mediante as exigências estabelecidas neste Edital.

**Comissão Permanente de Licitação II – CPLP II**

**Data da sessão: 23/03/2026**

**Horário: 09:00 h (Horário de Brasília)**

**Endereço eletrônico: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

**Código UASG: 982921**

**Modo de Disputa: Aberto e Fechado**

**Participação:** - Itens de ampla concorrência e destinados à ME/EPP e equiparadas.

**E-mail: [cpl2pmro@gmail.com](mailto:cpl2pmro@gmail.com) / [delcopmro@gmail.com](mailto:delcopmro@gmail.com)**

**Tel: (22) 2771-5549 / 2771-6404**

**1. DO OBJETO**

**1.1** O objeto da presente licitação é a seleção das propostas mais vantajosas para o Registro de Preços, objetivando a **eventual contratação de empresa(s) para fornecimento de Kits de livros paradidáticos com recursos de acessibilidade e materiais complementares, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer – SEMEDE**, nas quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1** O prazo de vigência do Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, na forma do art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

**2.1.1** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período inicial, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

**2.1.2** No caso da prorrogação da vigência da ata de registro de preços, os quantitativos previstos inicialmente serão renovados automaticamente na sua integralidade.

**2.1.3** Os preços registrados poderão ser alterados nas condições previstas na Ata de Registro de Preços, conforme minuta que faz parte deste edital de licitação – Anexo II (inciso VI do artigo 82 da Lei Federal 14.133/2021).

**2.1.4** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como eventuais adesões são as que constam na minuta da Ata de Registro de Preços – Anexo II

**2.2** O objeto da licitação será dividido em dois grupos, conforme tabela constante do Termo de Referência.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

### **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**3.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.2** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.4** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

**3.5** Será concedido o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, para as microempresas e empresas de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.6** Nos itens de natureza divisível, aplica-se a cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme discriminado no Termo de Referência e na descrição dos lotes/itens no sistema, em cumprimento ao disposto no inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**3.7.** Não poderão disputar esta licitação:

**3.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.7.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.7.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.7.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.7.5.** Cujo sócio e/ou dirigente mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e/ou civil com o prefeito, seu Vice, vereadores, Secretários e Subsecretários ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, tais como procuradores municipais, assessores jurídicos, técnicos do Controle interno, membros das comissões de licitações, independentemente dos mesmos possuírem função gratificada ou de ser ocupante de cargo comissionado, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**3.7.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.7.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.7.8.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**3.7.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**3.7.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.8** Havendo alguma das incompatibilidades elencadas no item 3.7.5 e 3.7.10, a desincompatibilização, para ser válida, deverá ocorrer, no mínimo, 1 (um) ano antes da data marcada da licitação, de acordo com o art. 136, II, e do Estatuto dos Servidores Públicos de Rio das Ostras, LC 66/19.

**3.9** O rol descrito no item 3.7.5 é meramente exemplificativo, podendo englobar qualquer servidor público municipal lotado em qualquer Secretaria ou Órgão, desde que efetivamente comprovada a possibilidade de interferência no certame ou na execução do contrato, promovendo favorecimento indevido;

**3.10** O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.11** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2. e 3.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

**3.12** O disposto nos itens 3.7.2. e 3.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.13** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**3.14** A vedação de que trata o item 3.7.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.15** De acordo com a súmula nº 16/2023 do TCE, a participação de sociedades empresárias em recuperação judicial ou extrajudicial em procedimentos licitatórios deve ser permitida, em observância ao princípio da preservação da empresa,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

desde que haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.2.1** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11.1 deste Edital.

**4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

**4.3.1** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.3.2** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**4.3.3** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.3.4** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.4** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.4.1** Caso tenha item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

**4.4.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**4.5** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**4.6** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**4.7** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.8** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.9** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.9.1** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

**4.9.2** e os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.10** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.10.1** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

**4.10.2** e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**4.11** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.12** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.13** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total do item;
- b) Marca;
- c) Fabricante;
- d) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

**5.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**5.4** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.6** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.7** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.8** O formulário da Proposta de Preço, em sua forma prevista no Anexo III do edital de licitação, somente será utilizado pelo licitante vencedor, com vistas à readequação de sua oferta final.

**5.9** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.10** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no termo de referência, quando participarem de licitações públicas.

**5.11** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX e at. 75 da CRFB; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.3.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**6.3.1** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**6.3.2** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**6.4.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

- 6.5.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.6.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.7.** O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.
- 6.8.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.9.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.10.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).
- 6.11.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.12.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.13.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.5** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.14.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.14.2** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.14.3** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**6.14.4** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.14.5** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.15** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**6.15.1** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.15, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**6.15.2** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.15.3** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.15.4** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.15.5** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.15.6** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.16** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.17** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.18** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.19** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.20** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.21** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.22** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**6.22.1** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.22.2** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.22.3** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.22.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.23** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.23.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**6.23.1.1** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.23.1.2** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**6.23.1.3** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.23.1.4** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.23.2** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.23.2.1** Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

**6.23.2.2** Empresas brasileiras;

**6.23.2.3** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.23.2.4** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009

**6.24** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.24.1** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.24.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.24.3** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**6.24.4** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.24.5** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.25** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7 DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF; devendo disponibilizar esta documentação às demais licitantes, tendo em vista o princípio da transparência, previsto no artigo 5º, da Lei Federal nº 14.133 de 2021, para que possam eventualmente recorrer;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**7.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**7.3** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**7.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**7.3.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**7.3.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.4** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**7.5** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste edital.

**7.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

- 7.7.1 Contiver vícios insanáveis;
- 7.7.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.15 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.16 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 7.17 Após a definição do preço final do licitante vencedor, o agente da contratação deverá verificar com os demais licitantes se aceitam cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, para formação de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

cadastro de reserva, a ser incluído na respectiva ata na forma de ANEXO A, conforme estipulado no Artigo 167 do Decreto nº 3884/2024.

**7.18** O Pregoeiro deverá realizar o download e anexar ao sistema os documentos de habilitação constantes no SICAF da licitante declarada vencedora, garantindo o acesso público e a transparência para fins de análise e eventual interposição de recurso pelos demais licitantes, conforme orientação da Procuradoria Geral do Município.

## **8 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1** Os documentos previstos no Termo de Referência (Anexo I), necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.1** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**8.2** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.2.1** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.3** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**8.4** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**8.5** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**8.6** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**8.7** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.8** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.







ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**8.9** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**8.9.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**8.10** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**8.10.1** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação.

**8.11** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.11.1** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**8.11.2** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**8.12** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**8.12.1** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.12.2** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**8.13** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**8.13.1** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**8.13.2** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**8.14** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.15** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

**8.16** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**8.17** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas, estas últimas, desde que preencham os requisitos previstos no art. 34, da Lei nº 11488/2007, por ocasião da participação em Certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.

**8.18** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**8.19** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, na forma do artigo 43, parágrafo primeiro, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 155/2016.

**8.20** O Não preenchimento da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 90, da Lei n.º 14.133, de 21 de junho de 2021, sendo facultado à Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para assinatura do Contrato, ou Revogar a Licitação;

**8.21** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9 DOS RECURSOS**

**9.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**9.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**9.3.1** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**9.3.2** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**9.3.3** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**9.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**9.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**9.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **10 DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1** Uma vez homologado o resultado da licitação, o registro de preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, nas condições previstas neste edital e anexos, conforme o modelo constante no ANEXO II deste edital, que constitui documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação.

**10.2** O MUNICIPIO convocará a licitante vencedora para no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**10.3** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela licitante vencedora convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo MUNICIPIO.

**10.4** O presente edital, bem como os seus anexos, e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da ata de registro de preços.

**10.5** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, em até 5 (cinco) dias úteis, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, e facultando ao MUNICIPIO convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação ou revogar a licitação.

**10.6** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**10.7** A Ata de Registro de Preços assinada deverá ser devolvida acompanhada da cópia da Carteira de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura da Ata e o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

**10.8** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**10.9** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**10.10** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o MUNICÍPIO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**10.11** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**10.12** O licitante deverá apresentar proposta contemplando quantitativo máximo para o item ou lote, conforme previsto neste Edital, o qual representa limite máximo de contratação, não implicando obrigação de aquisição integral por parte da Administração.

**10.13** É vedada a participação de um órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, exceto quando a ata registrar um quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

## **11 DO CADASTRO RESERVA**

**11.1** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**11.1.1** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**11.1.2** dos licitantes que mantiverem sua proposta original

**11.2** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**11.2.1** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**11.2.2** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**11.3** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**11.3.1** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**11.3.2** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses prevista no art. 167, § 1º, do Decreto nº 3884/2024.

**11.4** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**11.4.1** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**11.4.2** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**12 DO PRAZO, DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE CONTRATUAL**

**12.1** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do caput do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 36 do Decreto Federal 11.462/23.

**12.1.1** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, sem prejuízo da formalização adequada, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, caso em que deverá o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

**12.1.2** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como a inexistência de registros no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal.

**12.1.3** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**12.1.4** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**12.2** Considerando o disposto no art. 25, § 8º, da Lei n.º 14133/2021, bem como considerando que o prazo começa a ser contado do orçamento estimado, segundo o § 3º do art. 92 da mesma Lei. Os preços inicialmente são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da conclusão do orçamento estimado definitivo.

**12.3** Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**12.4** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**12.5** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**12.6** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**12.7** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**12.8** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio do termo aditivo.

**12.9** O reajuste será realizado por apostilamento, ou por aditivo.

**12.10** O reajuste a que a futura contratada fizer jus e não for solicitado durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual, se não houver qualquer ressalva no respectivo termo, ou com o encerramento do contrato.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**12.11** Os pedidos de reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro, conforme o caso, deverão ser respondidos pela Contratante no prazo de 90 (noventa) dias após conclusão da análise final da Secretaria de Controle Interno, devendo a Contratada juntar toda a documentação que for solicitada.

### **13 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**13.1** Com fulcro na **Lei nº 14.133, de 2021**, no Decreto Municipal nº 4039, de 2024, e nas demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**I-** Advertência

**II-** Multa:

a) compensatória;

b) de mora.

**III-** impedimento de licitar e contratar

**IV-** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.1.1.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “a” do inciso II.

**13.1.2.** A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

**I-** Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso injustificado, na entrega de material ou execução de serviços e 1% (um por cento) ao dia após o 15º (décimo quinto) dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;

**II-** O atraso na prestação da garantia contratual pelo licitante vencedor ou contratante acarretará a aplicação de multa, nos seguintes termos:

**a)** atraso de 30 (trinta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da garantia;

**b)** atraso entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da garantia;

**c)** atraso superior a 60 (sessenta) dias do termo final para a prestação da garantia: multa de 5% (cinco por cento) do valor da garantia.

**III-** de 3% (três por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços ou para a contratação direta, para aquele que:

**a)** na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;

**b)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**c)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**d)** tumultuar a sessão pública da licitação;

**e)** descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;

**f)** propor recursos e impugnações manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

- g)** deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- h)** deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- i)** permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- j)** deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- k)** não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;
- l)** manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
- m)** utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- n)** tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- o)** deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual-EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- p)** deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- q)** deixar de repor funcionários faltosos;
- r)** deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- s)** deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- t)** deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- u)** deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.
- IV-** De 10% (dez por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:
- a)** inexecução parcial, com ou sem prejuízo para o ente Contratante;
- b)** quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.
- V-** De 20% (vinte por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:
- a)** apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b)** fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c)** comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d)** prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e)** prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f)** entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g)** dar causa à inexecução total do objeto do contrato, da Ata de Registro de Preços;
- h)** recusa do infrator em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, salvo se a recusa em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, do qual não tenha dado causa ou concorrido negligentemente, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, mediante decisão favorável e motivada da autoridade competente;
- i)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**13.1.2.1** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

**13.1.2.2** Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o *caput* e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação.

**13.1.2.3** O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

**13.1.2.4** A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste instrumento, cumulando-se os respectivos valores.

**13.1.2.5** Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios estabelecido no Decreto Municipal nº 4039, de 2024:

**13.2.** Será aplicada a sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

**I-** Impedimento pelo período de até 01 (um) ano, caso o infrator:

- a)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e)** tenha sofrido três penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a seis meses;
- f)** recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos no contrato e/ou na Ata de Registro de Preços;
- g)** tumultue a sessão pública de licitação;
- h)** dê ensejo ao cancelamento parcial do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços;
- i)** deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- j)** ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;
- k)** deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- l)** induza em erro a Administração;
- m)** seja reincidente na penalidade de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
  - 1.** atraso na execução do objeto;
  - 2.** alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;
  - 3.** não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa.
- n)** atraso na execução do disposto na Ata de Registro de Preços ou no contrato;

**II-** Impedimento pelo período entre 01 (um) ano até 02 (dois) anos, caso o infrator:

- a)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

b) a paralisação injustificada do serviço, da obra ou do fornecimento de bens;

c) à rescisão do contrato e/ou Ata de Registro de Preços;

d) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;

e) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade.

**III-** impedimento pelo período entre 02 (dois) anos até 03 (três) anos, caso o infrator:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

c) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações ou contratações diretas, no momento da contratação ou durante a execução do contrato;

d) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;

e) comportamento inidôneo;

f) apresentação de documentação falsa;

g) falha ou fraude na execução do contrato;

h) fraude fiscal.

**13.2.1** A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

**13.3** Será aplicada a sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

**I-** Pelo período entre 03 (três) anos até 04 (quatro) anos, no caso de o infrator:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

**II-** Pelo período entre 04 (quatro) anos até 05 (cinco) anos, no caso de o infrator:

a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**III-** pelo período entre 05 (cinco) anos até 06 (seis) anos, caso o infrator:

a) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa);

b) existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais;

c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

**13.3.1** Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º do Decreto Municipal nº 4039, de 2024, pelo prazo máximo de 06 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**13.4** O cometimento de mais de 01 (uma) infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente 01 (uma) delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

**13.5** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**13.6** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.7** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**13.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.9** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **14 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**14.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou formular pedido de esclarecimento este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**14.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**14.3** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

**14.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame

**14.4.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**14.5** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **15 DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO**

**15.1** Homologado o resultado da licitação e empenhado, a Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos – SLCC convocará a **ADJUDICATÁRIA** para que no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento do e-mail enviado a empresa ou convocação, assine o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e nos Decretos Municipais nºs 3884/2024, 4039/2024 e neste Edital.

**15.1.1** O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, e, desde que, seja aceito os motivos pela administração, podendo esta, se assim





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

o entender, utilizar-se da prerrogativa prevista na Lei Federal 14.133/2021.

**15.2** Na hipótese do não atendimento à convocação, para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou havendo recusa em fazê-lo, poderá o Pregoeiro, sem prejuízo das aplicações das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais, convocar os demais licitantes, desde que respeitada a ordem de classificação e **ACEITAS AS MESMAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA VENCEDORA**, para, após a verificação dos requisitos de habilitação, proceder à assinatura.

**15.2.1** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, o município poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a elaboração do contrato ou da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, sem prejuízo de eventual negociação.

**15.3** Os atos decorrentes da nova convocação a que se refere o item 15.2, serão realizados através de convocação pelo sistema eletrônico, com a convocação direta dos licitantes remanescentes classificados para a análise da aceitabilidade do preço, e se for o caso, verificação – Documentação de Habilitação, com observância de todos os termos previstos neste Edital.

**15.4** Uma vez assinado o contrato será publicado no Portal Nacional de Compras Públicas -PNCP e no portal da transparência do Município de Rio das Ostras, dentro do prazo previsto em na Lei Federal 14.133./2021 bem como no Decreto Municipal 3884/2024.

## **16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**16.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**16.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**16.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**16.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**16.6** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**16.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**16.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**16.9** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**16.10** As empresas deverão comunicar qualquer alteração de endereço ou contato celular com WhatsApp habilitado para receber todas as notificações do Município de Rio das Ostras, sob pena de validade das notificações realizadas unicamente pelo Jornal Oficial do Município.

**16.11** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**16.12** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este edital.

**16.13** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- **ANEXO I – Termo de Referência (TR);**
- **ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preço;**
- **ANEXO II A – Cadastro Reserva**
- **ANEXO III – Proposta de Preços;**
- **ANEXO IV – Critério de Aceitabilidade.**
- **ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato.**

Rio das Ostras, 04 de março de 2026.

**Ubiratan Nunes da Silva**  
**Assessor Executivo**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer – SEMEDE  
Processo Administrativo nº 28.921/2025

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1 Realização de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, visando a contratação de empresa especializada para o fornecimento de kits de livros paradidáticos com recursos de acessibilidade e materiais complementares, destinados à Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais e finais, e Educação de Jovens e Adultos (EJA), para atender à Rede Pública Municipal de Ensino de Rio das Ostras, conforme especificações técnicas, pedagógicas, de acessibilidade e sustentáveis, descritas neste Termo de Referência.

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
LOTE	ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTD	VALORES ESTIMADOS	
		Descrição do material			Preço Unit.	Preço Total
1	1.1	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos – Alunos	KIT	1231	R\$ 440,16	R\$ 541.836,96
	1.2	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos - Professor	KIT	70	R\$ 569,28	R\$ 39.849,60
	1.3	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos - Coordenador	KIT	9	R\$ 580,15	R\$ 5.221,35
	1.4	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos – Alunos	KIT	985	R\$ 427,77	R\$ 421.353,45
	1.5	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos – Professor	KIT	41	R\$ 546,08	R\$ 22.389,28
	1.6	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos - Coordenador	KIT	9	R\$ 566,22	R\$ 5.095,98
VALOR TOTAL						R\$ 1.035.746,62

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
2	2.1	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos – Alunos	KIT	1361	R\$ 483,51	R\$ 658.057,11
	2.2	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos – Professor	KIT	70	R\$ 514,74	R\$ 36.031,80
	2.3	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos - Coordenador	KIT	9	R\$ 517,62	R\$ 4.658,58
	2.4	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos – Alunos	KIT	1506	R\$ 471,05	R\$ 709.401,30
	2.5	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos – Professor	KIT	72	R\$ 502,29	R\$ 36.164,88
	2.6	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos - Coordenador	KIT	9	R\$ 504,76	R\$ 4.542,84



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

<b>VALOR TOTAL</b>	<b>R\$ 1.448.856,51</b>
--------------------	-------------------------

<b>CATMAT 464269</b>						
<b>DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA</b>						
<b>3</b>	3.1	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos – Alunos	KIT	916	R\$ 534,09	R\$ 489.226,44
	3.2	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos – Professor	KIT	41	R\$ 622,09	R\$ 25.505,69
	3.3	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos - Coordenador	KIT	9	R\$ 626,41	R\$ 5.637,69
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 520.369,82</b>

<b>CATMAT 464269</b>						
<b>DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA</b>						
<b>4</b>	4.1	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos – Alunos	KIT	1375	R\$ 635,30	R\$ 873.537,50
	4.2	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos – Professor	KIT	70	R\$ 667,91	R\$ 46.753,70
	4.3	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos - Coordenador	KIT	9	R\$ 671,00	R\$ 6.039,00
	4.4	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos – Alunos	KIT	1530	R\$ 599,04	R\$ 916.531,20
	4.5	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos – Professor	KIT	72	R\$ 630,02	R\$ 45.361,44
	4.6	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos - Coordenador	KIT	9	R\$ 633,46	R\$ 5.701,14
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 1.893.923,98</b>

<b>CATMAT 464269</b>						
<b>DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA</b>						
<b>5</b>	5.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano – Alunos	KIT	1779	R\$ 536,66	R\$ 954.718,14
	5.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano – Professor	KIT	77	R\$ 603,96	R\$ 46.504,92
	5.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano - Coordenador	KIT	9	R\$ 606,73	R\$ 5.460,57
	5.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano – Alunos	KIT	1783	R\$ 568,60	R\$ 1.013.813,80
	5.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano-Professor	KIT	72	R\$ 636,58	R\$ 45.833,76
	5.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano - Coordenador	KIT	9	R\$ 631,58	R\$ 5.684,22
	5.7	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano – Alunos	KIT	1761	R\$ 589,44	R\$ 1.038.003,84
	5.8	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano-Professor	KIT	57	R\$ 649,75	R\$ 37.035,75



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

5.9	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano - Coordenador	KIT	9	R\$ 653,24	R\$ 5.879,16
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 3.152.934,16</b>

<b>CATMAT 464269</b>						
<b>DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA</b>						
<b>6</b>	6.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano – Alunos	KIT	1901	R\$ 571,99	R\$ 1.087.352,99
	6.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano-Professor	KIT	60	R\$ 638,43	R\$ 38.305,80
	6.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano - Coordenador	KIT	9	R\$ 643,84	R\$ 5.794,56
	6.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano – Alunos	KIT	1667	R\$ 585,82	R\$ 976.561,94
	6.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano-Professor	KIT	50	R\$ 653,73	R\$ 32.686,50
	6.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano - Coordenador	KIT	9	R\$ 664,87	R\$ 5.983,83
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 2.146.685,62</b>

<b>CATMAT 464269</b>						
<b>DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA</b>						
<b>7</b>	7.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano – Alunos	KIT	2043	R\$ 567,26	R\$ 1.158.912,18
	7.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano-Professor	KIT	63	R\$ 635,30	R\$ 40.023,90
	7.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano – Coordenador	KIT	9	R\$ 641,00	R\$ 5.769,00
	7.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano – Alunos	KIT	2095	R\$ 591,10	R\$ 1.238.354,50
	7.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano-Professor	KIT	61	R\$ 659,41	R\$ 40.224,01
	7.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano – Coordenador	KIT	9	R\$ 661,94	R\$ 5.957,46
	7.7	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano – Alunos	KIT	1858	R\$ 600,06	R\$ 1.114.911,48
	7.8	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano-Professor	KIT	53	R\$ 667,62	R\$ 35.383,86
	7.9	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano – Coordenador	KIT	9	R\$ 672,28	R\$ 6.050,52
	7.10	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano – Alunos	KIT	1457	R\$ 640,68	R\$ 933.470,76
	7.11	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano-Professor	KIT	43	R\$ 708,91	R\$ 30.483,13
	7.12	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano – Coordenador	KIT	9	R\$ 715,64	R\$ 6.440,76





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

<b>VALOR TOTAL</b>	<b>R\$ 4.615.981,56</b>
--------------------	-------------------------

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
8	8.1	Projeto LER & Reler - EJA 1º segmento – Alunos	KIT	133	R\$ 543,84	R\$ 72.330,72
	8.2	Projeto LER & Reler - EJA 1º segmento - Professor	KIT	4	R\$ 612,26	R\$ 2.449,04
	8.3	Projeto LER & Reler - EJA 1º segmento - Coordenador	KIT	3	R\$ 628,97	R\$ 1.886,91
	8.4	Projeto LER & Reler - EJA 2º segmento – Alunos	KIT	393	R\$ 532,43	R\$ 209.244,99
	8.5	Projeto LER & Reler - EJA 2º segmento - Professor	KIT	4	R\$ 600,60	R\$ 2.402,40
	8.6	Projeto LER & Reler - EJA 2º segmento - Coordenador	KIT	3	R\$ 627,10	R\$ 1.881,30
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 290.195,36</b>

COTA RESERVADA À ME / EPP						
CATMAT 464269						
COTA RESERVADA À ME / EPP						
9	9.1	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos – Alunos	KIT	92	R\$ 440,16	R\$ 40.494,72
	9.2	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos - Professor	KIT	7	R\$ 569,28	R\$ 3.984,96
	9.3	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos - Coordenador	KIT	1	R\$ 580,15	R\$ 580,15
	9.4	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos – Alunos	KIT	74	R\$ 427,77	R\$ 31.654,98
	9.5	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos – Professor	KIT	4	R\$ 546,08	R\$ 2.184,32
	9.6	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos - Coordenador	KIT	1	R\$ 566,22	R\$ 566,22
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 79.465,35</b>

CATMAT 464269						
COTA RESERVADA À ME / EPP						
10	10.1	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos – Alunos	KIT	70	R\$ 483,51	R\$ 33.845,70
	10.2	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos – Professor	KIT	7	R\$ 514,74	R\$ 3.603,18
	10.3	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos - Coordenador	KIT	1	R\$ 517,62	R\$ 517,62
	10.4	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos – Alunos	KIT	79	R\$ 471,05	R\$ 37.212,95
	10.5	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos – Professor	KIT	8	R\$ 502,29	R\$ 4.018,32
	10.6	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos - Coordenador	KIT	1	R\$ 504,76	R\$ 504,76



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

<b>VALOR TOTAL</b>	<b>R\$ 79.702,53</b>
--------------------	----------------------

<b>CATMAT 464269</b>						
<b>COTA RESERVADA À ME / EPP</b>						
<b>11</b>	11.1	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos – Alunos	KIT	143	R\$ 534,09	R\$ 76.374,87
	11.2	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos – Professor	KIT	4	R\$ 622,09	R\$ 2.488,36
	11.3	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos - Coordenador	KIT	1	R\$ 626,41	R\$ 626,41
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 79.489,64</b>

<b>CATMAT 464269</b>						
<b>COTA RESERVADA À ME / EPP</b>						
<b>12</b>	12.1	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos – Alunos	KIT	56	R\$ 635,30	R\$ 35.576,80
	12.2	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos – Professor	KIT	7	R\$ 667,91	R\$ 4.675,37
	12.3	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos - Coordenador	KIT	1	R\$ 671,00	R\$ 671,00
	12.4	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos – Alunos	KIT	55	R\$ 599,04	R\$ 32.947,20
	12.5	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos – Professor	KIT	8	R\$ 630,02	R\$ 5.040,16
	12.6	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos - Coordenador	KIT	1	R\$ 633,46	R\$ 633,46
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 79.543,99</b>

<b>CATMAT 464269</b>						
<b>COTA RESERVADA À ME / EPP</b>						
<b>13</b>	13.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano – Alunos	KIT	38	R\$ 536,66	R\$ 20.393,08
	13.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano – Professor	KIT	8	R\$ 603,96	R\$ 4.831,68
	13.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano - Coordenador	KIT	1	R\$ 606,73	R\$ 606,73
	13.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano – Alunos	KIT	38	R\$ 568,60	R\$ 21.606,80
	13.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano-Professor	KIT	8	R\$ 636,58	R\$ 5.092,64
	13.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano - Coordenador	KIT	1	R\$ 631,58	R\$ 631,58
	13.7	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano – Alunos	KIT	37	R\$ 589,44	R\$ 21.809,28
	13.8	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano-Professor	KIT	6	R\$ 649,75	R\$ 3.898,50



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

13.9	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano - Coordenador	KIT	1	R\$ 653,24	R\$ 653,24
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 79.523,53</b>

CATMAT 464269						
COTA RESERVADA À ME / EPP						
14	14.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano – Alunos	KIT	62	R\$ 571,99	R\$ 35.463,38
	14.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano-Professor	KIT	6	R\$ 638,43	R\$ 3.830,58
	14.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano - Coordenador	KIT	1	R\$ 643,84	R\$ 643,84
	14.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano – Alunos	KIT	61	R\$ 585,82	R\$ 35.735,02
	14.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano-Professor	KIT	5	R\$ 653,73	R\$ 3.268,65
	14.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano - Coordenador	KIT	1	R\$ 664,87	R\$ 664,87
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 79.606,34</b>	

CATMAT 464269						
COTA RESERVADA À ME / EPP						
15	15.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano – Alunos	KIT	29	R\$ 567,26	R\$ 16.450,54
	15.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano-Professor	KIT	6	R\$ 635,30	R\$ 3.811,80
	15.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano – Coordenador	KIT	1	R\$ 641,00	R\$ 641,00
	15.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano – Alunos	KIT	29	R\$ 591,10	R\$ 17.141,90
	15.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano-Professor	KIT	6	R\$ 659,41	R\$ 3.956,46
	15.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano – Coordenador	KIT	1	R\$ 661,94	R\$ 661,94
	15.7	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano – Alunos	KIT	29	R\$ 600,06	R\$ 17.401,74
	15.8	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano-Professor	KIT	5	R\$ 667,62	R\$ 3.338,10
	15.9	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano – Coordenador	KIT	1	R\$ 672,28	R\$ 672,28
	15.10	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano – Alunos	KIT	19	R\$ 640,68	R\$ 12.172,92
	15.11	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano-Professor	KIT	4	R\$ 708,91	R\$ 2.835,64
	15.12	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano – Coordenador	KIT	1	R\$ 715,64	R\$ 715,64



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

VALOR TOTAL	R\$ 79.799,96
-------------	---------------

VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 15.661.824,97
----------------------	-------------------

- 1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.
- 1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4 O catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras disponível site portal nacional de compras públicas não possui estes itens catalogados e o Município de Rio das Ostras não adotou tal medida.
- 1.5 A quantidade mencionada acima é uma estimativa, calculada com base no número de alunos matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino, conforme o mapa estatístico de dezembro de 2025, e no total de professores contratados.
- 1.6 Neste caso, o quantitativo não é constante, sendo a contratação por demanda uma estratégia essencial para otimizar recursos e garantir eficiência na gestão pública. Observa-se que a flutuação contínua no número de alunos, impõe a aquisição parcelada e de acordo com a necessidade, neste caso, o SRP possibilitará que tais aquisições sejam realizadas dentro das normas legais e com preços previamente registrados, evitando-se que o órgão sofra as flutuações de valores e alcance melhor os gastos com a capacitação ao longo do período contratual.
- 1.7 É vedado ao licitante apresentar proposta com quantitativo inferior ao máximo estabelecido.
- 1.8 As entregas dos kits deverão ser realizadas de forma **parcelada**, em **até** quatro remessas.
- 1.9 As ordens de fornecimento serão emitidas pela Administração e deverão ser atendidas no prazo e na forma especificadas.
- 1.10 O prazo de vigência da contratação é de 12 (meses) contado da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.11 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, sem prejuízo da formalização adequada, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, caso em que deverá o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.
- 1.12O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 ano e poderá ser prorrogado por igual período inicial, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 1.13O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços será de até 5(cinco) dias, a partir da homologação do certame licitatório.
- 1.14 O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Rio das Ostras (SEMEDE) identificou, a partir de análise técnica e demanda proveniente do Departamento Pedagógico, a necessidade de prover suporte educacional complementar ao processo de ensino-aprendizagem nas unidades escolares da rede pública municipal, por meio da **aquisição de kits de livros paradidáticos integrados a materiais lúdicos, digitais e acessíveis**, voltados a alunos, professores e coordenadores pedagógicos da Educação Infantil (Creche e pré-escola), Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

2.2 Essa demanda surgiu com base em lacunas constatadas nos acervos escolares e nas dificuldades enfrentadas pelas equipes pedagógicas na mediação de aprendizagens significativas, inclusivas e contextualizadas.

2.3 O estudo técnico apontou que a ausência ou obsolescência dos materiais paradidáticos compromete a equidade na oferta do ensino, limita o acesso ao repertório cultural e dificulta a recomposição das aprendizagens.

2.4 Os livros paradidáticos têm função pedagógica estratégica por oferecerem abordagens interdisciplinares, linguagem acessível e conexão com temas transversais como diversidade, meio ambiente, cidadania, saúde, cultura local e direitos humanos, todos em conformidade com os princípios e diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

2.5 Além disso, os kits a serem adquiridos incorporam recursos de acessibilidade universal (como QR Codes com vídeos em Libras, audiodescrição, leitura fácil e fonte ampliada), bem como materiais sensoriais e multimodais (jogos, objetos manipulativos e cartões ilustrativos), contribuindo para a inclusão de estudantes com deficiência e para a efetivação da Política Nacional de Educação Especial (Decreto nº 10.502/2020) e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

2.6 Os kits também incluem formação docente híbrida (presencial e remota), o que fortalece o desenvolvimento profissional dos professores e assegura a correta mediação dos conteúdos em sala de aula, integrando os materiais ao currículo formal da rede. Essa estratégia também está alinhada às recomendações do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR), do Plano Nacional de Educação (PNE) e das diretrizes de recomposição das aprendizagens.

2.7 A escolha da solução foi precedida por análise de mercado com comparativos técnicos entre diferentes propostas editoriais, que demonstraram a superioridade qualitativa dos projetos selecionados – **“Cantando e Contando”** e **“Ler & Reler”** – por integrarem de forma estruturada: acessibilidade, linguagem afetiva e sensorial, recursos digitais e formação continuada. Tais projetos se mostraram mais alinhados às políticas públicas de leitura, inclusão e recomposição pedagógica do município.

2.8 Além disso, a adoção de kits organizados por segmento (Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais e EJA), com entrega parcelada e cronograma pedagógico definido, permite melhor organização logística, otimização de recursos e monitoramento efetivo da aplicação didática, reforçando o papel da SEMEDE como gestora da política pública educacional local.

2.9 Portanto, a presente contratação visa assegurar:

- ✓ o acesso equitativo a materiais pedagógicos inovadores;
- ✓ o apoio à atuação docente com mediações formativas;
- ✓ o cumprimento de dispositivos legais e normativos educacionais;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

✓ e a efetividade da política pública de leitura, inclusão e aprendizagem significativa.

2.10 Trata-se de medida alinhada ao interesse público e à estratégia de fortalecimento da qualidade da educação básica no município de Rio das Ostras.

2.11 O objeto da contratação está previsto no Documento de Formalização da Demanda (52/2026) elaborado pela SEMEDE que subsidiará a vinculação, pelo DELCO, ao Plano de Contratações Anual 2026.

- I) ID PCA no PNCP:
- II) Data de publicação no PNCP:
- III) Id do item no PCA:
- IV) Classe/Grupo:
- V) Identificador da Futura Contratação:

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1 A presente contratação tem por objeto a aquisição de kits paradidáticos completos, acessíveis e integrados a recursos formativos, destinados à Rede Pública Municipal de Ensino de Rio das Ostras. Os kits contemplarão materiais para alunos, professores e coordenadores pedagógicos da Educação Infantil (Creche e Pré-escola), Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais, e Educação de Jovens e Adultos (EJA), com entregas organizadas em quatro parcelas distintas, conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer (SEMEDE), a partir da emissão da Ordem Formal de Registro (OFOR).

3.2 A contratação será realizada por Sistema de Registro de Preços (SRP), com licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de objeto padronizado, divisível, com ampla possibilidade de competição.

3.3 A contratação dos kits paradidáticos será realizada por meio de licitação, na modalidade Registro de Preços, com o objeto dividido em lotes, considerando a natureza pedagógica distinta dos projetos “Cantando e Contando” e “Ler & Reler”, bem como as especificidades etárias e curriculares dos segmentos atendidos pela rede municipal de ensino.

3.4 O projeto “Cantando e Contando” possui concepção pedagógica exclusivamente voltada à Educação Infantil, com metodologias, linguagem, recursos lúdicos e materiais didáticos adequados às fases iniciais do desenvolvimento infantil. Diante dessa especificidade, a contratação referente a este projeto será restrita à Educação Infantil, com divisão do objeto em lotes por segmento: Lote 1 – Creche; Lote 2 – Pré-escola. Essa divisão permite maior aderência dos materiais às faixas etárias atendidas, garantindo coerência metodológica, adequação pedagógica e melhor organização da distribuição e do acompanhamento pedagógico nas unidades escolares.

3.5 O projeto “Ler & Reler” apresenta estrutura pedagógica abrangente, compatível com diferentes etapas da escolarização, razão pela qual sua contratação contemplará a Educação Infantil (creche e pré-escola), o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para assegurar a adequada correspondência entre os materiais e os respectivos públicos atendidos.

3.5.1 Em síntese a divisão ficou da seguinte forma:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

Educação Infantil:

- Lote 1 – Cantando e Contando Creche - Creche;
- Lote 2 – Cantando e Contando Creche - Pré-escola;
- Lote 3 – Ler e Reler Creche
- Lote 4 - Ler e Reler Pré-escola.

Ensino Fundamental – Anos Iniciais:

- Lote 5 – 1º ao 3º ano;
- Lote 6 – 4º e 5º ano;

Ensino Fundamental – Anos Finais:

- Lote 7 – 6º ao 9º ano;

Educação de Jovens e Adultos (EJA):

- Lote 8 – EJA.

3.6 A divisão dos projetos em lotes por segmento educacional visa garantir a adequação dos conteúdos, das metodologias e dos recursos didáticos às diferentes realidades pedagógicas, bem como facilitar o planejamento pedagógico, a logística de entrega, a execução contratual e a fiscalização.

3.7 Optou-se pela adoção de cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, por se tratar de objeto técnica e economicamente divisível.

3.8 A medida visa promover o desenvolvimento local e regional, ampliar a competitividade e assegurar o tratamento favorecido às ME/EPP, sem prejuízo da economicidade, da padronização dos materiais didáticos e da eficiência pedagógica, uma vez que a cota observará integralmente as mesmas especificações técnicas do objeto principal.”

3.9 A divisibilidade ocorre exclusivamente no aspecto quantitativo e logístico, visto que a coordenação pedagógica, a formação docente e os conteúdos estruturantes permanecem unitários e padronizados, independentemente do número de fornecedores. Neste caso, eventual pluralidade de fornecedores não fragmenta o projeto pedagógico, pois as especificações são únicas, os materiais são previamente definidos e a SEMEDE atua como agente central de coordenação.

3.10 O instrumento convocatório deverá prever que, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

3.11 Os projetos foram selecionados após análise comparativa com outras soluções do mercado, destacando-se por integrar, de forma planejada e estruturada:

- ✓ Obras paradidáticas com linguagem inclusiva e abordagem sensível;
- ✓ Temas alinhados à BNCC, LDB, PNE, Lei nº 11.645/2008, LBI e Decreto nº 10.502/2020;
- ✓ Recursos digitais acessíveis e interativos (QR Codes com vídeos, Libras, audiodescrição, leitura fácil);
- ✓ Materiais lúdicos e sensoriais que favorecem práticas pedagógicas multissensoriais;
- ✓ Guias de mediação pedagógica;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

- ✓ Formação docente híbrida vinculada diretamente ao uso dos kits em sala de aula.

3.12 A análise de riscos levou em conta fatores que poderiam impactar na execução do contrato, como eventuais interrupções no fornecimento e qualidade insatisfatória dos produtos, entre outros. Detalhes sobre esses aspectos estão especificados no Mapa de Riscos.

3.13 Ante o exposto, o ciclo de vida da contratação está bem delineado:

3.13.1 Planejamento e contratação: elaboração do ETP, definição dos lotes de fornecimento, estruturação do processo licitatório por SRP e assinatura da ata de registro de preços;

3.13.2 Produção e montagem dos kits: impressão das obras, organização dos materiais sensoriais e digitais, identificação por segmento e público-alvo (aluno, professor, coordenador);

3.13.3 Entrega e distribuição: fornecimento parcelado em até quatro etapas — Educação Infantil (30 dias), Anos Iniciais (60 dias), Anos Finais (90 dias) e EJA (120 dias).

3.13.4 Aplicação pedagógica: uso dos kits em sala de aula com base nos guias didáticos e nas formações docentes previstas;

3.13.5 Monitoramento e avaliação: acompanhamento técnico da SEMEDE quanto à execução contratual, uso efetivo dos materiais e impacto pedagógico;

3.13.6 Reutilização ou destinação final: reaproveitamento dos acervos entre ciclos, ou, quando for o caso, doação responsável ou logística reversa para descarte ambientalmente adequado.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1 Poderão participar da presente licitação as distribuidoras do ramo pertinente e compatíveis com o objeto desta licitação que atendam às exigências do Termo de Referência e seus anexos.

##### **Requisitos técnicos:**

4.2 Os livros paradidáticos deverão ser editados em língua portuguesa, possuir ISBN, ficha catalográfica e registro na Fundação Biblioteca Nacional (FBN); com sistema tecnológico e capacitação de professores para a utilização do material em plataforma virtual (EAD) ou presencial.

4.3 As obras deverão ser impressas com qualidade gráfica compatível com uso escolar, com brochura, páginas numeradas e sem falhas de impressão ou montagem;

4.4 Capas com gramatura mínima de 250g/m<sup>2</sup> e páginas internas em papel offset branco com gramatura mínima de 75g/m<sup>2</sup>;

4.5 Os conteúdos devem estar alinhados à legislação educacional vigente, incluindo:

- Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- Lei nº 9.394/1996 (LDB);
- Plano Nacional de Educação (PNE);
- Lei nº 11.645/2008 (História e Cultura Afro-brasileira e Indígena);
- Lei nº 13.146/2015 (LBI) – Estatuto da Pessoa com Deficiência;
- Decreto nº 10.502/2020 – Política Nacional de Educação Especial;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

4.6 As obras deverão incluir **temas transversais**: ética, cidadania, diversidade, meio ambiente, saúde, cultura regional e inclusão;

4.7 Os kits devem conter **guia do professor**, com planos de mediação, objetivos pedagógicos, propostas avaliativas e integração ao currículo da rede municipal.

4.8 Cada livro deve atender a critérios estritos de qualidade pedagógica e relevância curricular. Além disso, é essencial que os fornecedores demonstrem capacidade de atender às demandas quantitativas e qualitativas do município de Rio das Ostras/RJ, mantendo a integridade dos livros desde a produção até a entrega nas escolas, promovendo assim o enriquecimento educacional e o desenvolvimento integral dos estudantes.

4.9 Este documento guiará o processo licitatório para a seleção de fornecedores que atendam às especificações técnicas dos livros e estejam alinhados com os princípios de eficiência, economicidade e eficácia exigidos pela administração pública, garantindo o melhor uso dos recursos públicos e a satisfação das necessidades educacionais.

4.10 Os requisitos para a contratação de livros paradidáticos para os alunos e professores da Educação Infantil e II, Fundamental I e II, e EJA no âmbito dos projetos "Cantando e Contando" e "Ler & Reler" incluem:

4.10.1 Conformidade com a BNCC: Os livros devem estar alinhados com a Base Nacional Comum Curricular, garantindo que os conteúdos e abordagens pedagógicas sejam adequados e contribuam para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas.

4.10.2 Diversidade de Gêneros Literários: Os materiais devem incluir uma variedade de gêneros literários, como contos, fábulas, poesias e histórias em quadrinhos, para estimular o interesse e a apreciação pela leitura entre os estudantes.

4.10.3 Inclusão e Acessibilidade: Os livros devem ser acessíveis para alunos com necessidades especiais, incluindo recursos como audiodescrição, tradução em Libras e textos adaptados para diferentes níveis de leitura.

4.10.4 Qualidade do Material: Os livros devem ser de alta qualidade, tanto em termos de conteúdo quanto de material físico, garantindo durabilidade e uma boa experiência de leitura.

4.10.5 Formação Continuada para Educadores: Deve haver um componente de capacitação para os professores, visando aprimorar suas habilidades em utilizar os livros paradidáticos como ferramentas pedagógicas no processo de ensino aprendizagem.

4.10.6 Adequação às Faixas Etárias: Os livros devem ser adequados para as diferentes faixas etárias e níveis educacionais dos alunos, considerando suas características cognitivas e emocionais.

4.10.7 Estímulo à Criatividade e Imaginação: Os materiais devem incentivar a criatividade, a imaginação e o pensamento crítico dos estudantes, promovendo uma abordagem lúdica e interativa da aprendizagem.

4.10.8 Integração com o Projeto Pedagógico: Os livros paradidáticos devem estar integrados ao projeto pedagógico das escolas, complementando e enriquecendo o currículo regular.

4.10.9 Viabilidade Financeira: A aquisição deve ser economicamente viável, considerando o orçamento disponível e buscando o melhor custo-benefício.

4.10.10 Logística de Distribuição: Deve haver um plano eficiente para a distribuição dos livros às unidades escolares, garantindo que os materiais cheguem em tempo hábil e em boas condições.

**Sustentabilidade:**

4.11 A contratação prevista para a aquisição de livros paradidáticos para os projetos "Cantando e Contando" e "Ler & Reler" deve considerar os potenciais impactos ambientais associados, principalmente relacionados à produção, embalagem e transporte dos livros.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

4.12 Para mitigar esses impactos e promover práticas ambientalmente responsáveis, serão adotadas as seguintes medidas:

4.12.1 Produção Sustentável - Será incentivada a escolha de fornecedores que adotem práticas de produção sustentáveis, utilizando materiais recicláveis ou de fontes renováveis na confecção dos livros.

4.13 Transporte Eficiente - A logística de distribuição dos livros será planejada de forma a otimizar as rotas e reduzir as emissões de carbono, contribuindo para a diminuição da pegada ambiental.

4.14 Educação Ambiental - A contratada deverá colaborar com as escolas na promoção de atividades de educação ambiental, conscientizando alunos e professores sobre a importância da sustentabilidade e do cuidado com o meio ambiente.

4.15 Com essas medidas, espera-se não apenas minimizar os impactos ambientais decorrentes da contratação, mas também promover uma cultura de sustentabilidade e responsabilidade ambiental no contexto educacional, alinhando as ações dos projetos "Cantando e Contando" e "Ler & Reler" com os objetivos de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

**Garantia legal:**

4.16 O prazo de garantia legal será aquele estabelecido no Código de Defesa do Consumidor.

**Da exigência de amostra:**

4.17 Não haverá a necessidade de amostra.

**Subcontratação:**

4.18 Em conformidade com a política da administração e visando assegurar a máxima qualidade e integridade na execução do contrato, a subcontratação de qualquer parte do objeto contratado não será permitida. Esta decisão foi tomada para garantir que a empresa contratada possua total controle e responsabilidade sobre todas as etapas do fornecimento dos livros paradidáticos.

4.19 Ao não permitir subcontratações, eliminamos riscos associados à fragmentação do projeto e possíveis descoordenações entre diferentes partes. Além disso, a proibição de subcontratação facilita a fiscalização, a gestão e a aplicação de sanções em caso de descumprimento, assegurando maior segurança jurídica e operacional para a administração pública.

4.20 Garantir que o contratado principal execute diretamente todas as obrigações contratuais também promove maior transparência e simplicidade no processo licitatório, uma vez que todos os requisitos técnicos e operacionais deverão ser demonstrados exclusivamente pelo licitante principal. Isso contribui para uma avaliação mais precisa e objetiva das propostas, favorecendo a competitividade justa e a seleção da proposta mais vantajosa.

4.21 Portanto, a proibição da subcontratação é uma medida estratégica para garantir a eficiência, a qualidade e a responsabilidade direta do contratado principal, alinhada com os princípios de economicidade, eficiência e transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**Consórcio:**

4.22 Fica vedada a participação de consórcios no presente processo licitatório, qualquer que seja sua forma de constituição, em razão de fundamentos técnicos, operacionais e jurídicos que visam assegurar a eficiência, a qualidade e a responsabilidade integral na execução do contrato.

4.23 A formação de consórcios pode gerar diluição de responsabilidades entre os participantes, dificultando a identificação e responsabilização direta por eventuais falhas na execução contratual, o que comprometeria a tempestividade na adoção de medidas corretivas e na aplicação de sanções.

4.24 A gestão contratual de um consórcio exige acompanhamento mais complexo por parte da Administração Pública, implicando maior carga administrativa, elevação de custos operacionais e potencial prejuízo à fluidez dos processos de fiscalização e controle.

4.25 Além disso, a vedação à formação de consórcios garante que cada empresa licitante detenha, individualmente, plena capacidade técnica, operacional e financeira para cumprir integralmente as obrigações previstas neste Termo de Referência. Isso evita que empresas sem a qualificação exigida se unam artificialmente para participar do certame, comprometendo os resultados esperados.

4.26 Também se destaca que a contratação de empresa individualmente responsável facilita a execução de garantias contratuais, a aplicação de penalidades e o exercício do poder sancionador da Administração, oferecendo maior segurança jurídica e eficiência nas relações contratuais.

4.27 Dessa forma, a vedação ora imposta está amparada nos princípios da eficiência, da economicidade, da segurança jurídica, da seleção da proposta mais vantajosa e do interesse público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, justificando-se como medida indispensável para assegurar a efetiva entrega e utilização dos kits paradidáticos dos projetos "Cantando e Contando" e "Ler & Reler", com qualidade, pontualidade e alinhamento pedagógico.

**ME, EPP:**

4.28 Optou-se pela adoção de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, por se tratar de objeto técnico e economicamente divisível. Logo, será concedido o tratamento favorecido.

4.29 A obtenção dos benefícios a que se referem a Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**Garantia da Execução:**

4.30 A SEMEDE cercando-se das cautelas necessárias para evitar prejuízos ao erário advindos de eventual inexecução contratual, entende necessária a prestação de garantia para assegurar a seu cumprimento.

4.31 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% do valor do contrato.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

4.32 A licitante deverá apresentar, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.33 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora. A futura contratada poderá substituir a apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.34 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida o pagamento dos seguintes créditos advindos: a) de prejuízos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

4.35 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo acima, observada a legislação que rege a matéria, A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica a ser indicada pelo Município, com correção monetária.

4.36 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

4.37 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil, no caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.38 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada. A futura Contratada executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.39 O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021). Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

- 4.40 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 4.41 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.42 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.43 A futura Contratada autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
- 4.44 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Especificações dos materiais**

- 5.1 Os kits paradidáticos objeto desta contratação serão organizados por segmento de ensino Educação Infantil (Creche e Pré-escola), Ensino Fundamental (Anos Iniciais, Anos Finais) e EJA, bem como, destinados aos públicos: aluno, professor e coordenador pedagógico. Cada kit será entregue em mochila individual, confeccionada em material resistente, com alças reforçadas, zíper funcional e devidamente identificada com o nome do projeto ("Cantando e Contando" ou "Ler & Reler"), o segmento e o público-alvo.
- 5.2 O kit do aluno será composto por livros paradidático ilustrado, impresso em papel offset branco 75g/m<sup>2</sup>, com capa em cartão 250g/m<sup>2</sup>, impressão colorida, acabamento resistente, páginas numeradas e conteúdo adequado à faixa etária e segmento, com abordagem de temas transversais como diversidade, meio ambiente, inclusão e cultura local. O livro contará com QR Codes funcionais integrados às páginas, que direcionarão a recursos digitais acessíveis, tais como: narração afetiva em áudio, vídeos em Libras, audiodescrição de imagens e jogos digitais interativos compatíveis com dispositivos móveis.
- 5.3 O kit do professor incluirá exemplares do livro do aluno e guia de mediação pedagógica, com objetivos alinhados à BNCC, sugestões de atividades, avaliações formativas e propostas inclusivas. Também será assegurado acesso a conteúdos digitais complementares, como vídeos de formação, arquivos digitais acessíveis e recursos interativos.
- 5.4 O kit do coordenador pedagógico conterá exemplares do livro do aluno e guia expandido de planejamento, com roteiros de formação docente, indicadores de acompanhamento, checklist de aplicação e ferramentas para monitoramento pedagógico. O coordenador terá acesso aos mesmos recursos digitais disponibilizados para os professores, além de material de orientação institucional.
- 5.5 Os kits poderão incluir, conforme o segmento, materiais lúdicos e sensoriais, como jogos da memória, cartas ilustradas, painéis, dados pedagógicos, objetos manipulativos e materiais com contraste visual ou alto-relevo. Esses itens devem ser seguros, duráveis, com acabamento adequado e adaptados ao manuseio infantil, especialmente nas faixas da Educação Infantil.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

5.6 Todos os materiais deverão ser resistentes, produzidos com impressão de alta qualidade, cortes regulares, encadernação firme, e preferencialmente com uso de papel certificado (FSC ou equivalente).

5.7 O conteúdo dos livros e guias deverá observar a legislação educacional vigente, especialmente a BNCC, a LDB (Lei nº 9.394/1996), a Lei nº 11.645/2008 (educação das relações étnico-raciais), a LBI (Lei nº 13.146/2015) e o Decreto nº 10.502/2020 (educação especial), além das normas técnicas da ABNT aplicáveis, como a NBR 6029/2006 (esta norma estabelece os princípios gerais para apresentação dos elementos que constituem o livro ou folheto), NBR 6023/2018 (esta norma destina-se a orientar a preparação e compilação de referências de material utilizado para a produção de documentos e para inclusão em bibliografias, resumos, resenhas, resenhas, resenhas e outros), NBR 10520/2002 (esta norma específica as características exigíveis para apresentação de citações em documentos).

**Condições de Entrega**

5.8 A execução do objeto será realizada mediante o fornecimento, pela empresa contratada, de kits paradidáticos organizados por segmento de ensino (Ensino Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais, e Educação de Jovens e Adultos – EJA), destinados a alunos, professores e coordenadores da Rede Pública Municipal de Ensino de Rio das Ostras.

5.9 A execução do objeto será realizada por meio de 4 (quatro) entregas distintas, sendo uma entrega para cada segmento educacional, conforme detalhamento abaixo:

- a) Ensino Infantil – até 30 dias após a emissão da OFOR;
- b) Anos Iniciais do Ensino Fundamental – até 60 dias após a emissão da OFOR;
- c) Anos Finais do Ensino Fundamental – até 90 dias após a emissão da OFOR;
- d) Educação de Jovens e Adultos (EJA) – até 120 dias após a emissão da OFOR.

5.10 Cada entrega será formalizada mediante a emissão de Ordem de Fornecimento (OFOR) específica por segmento.

5.10.1 O consumo mínimo será de 30% (trinta por cento) do quantitativo registrado na Ata de Registro de Preços e no máximo 100% (cem por cento) do quantitativo registrado na ata.

5.11 A quantidade efetivamente solicitada em cada entrega dependerá do planejamento da SEMEDE, da necessidade educacional e da disponibilidade orçamentária, dentro dos limites da ata de registro.

5.12 Em síntese a entrega será da seguinte forma:

Segmento	Prazo de Entrega Após a OFOR	Consumo Mínimo	Consumo Máximo
Ed. Infantil	30 dias	30%	100%
Anos Iniciais	60 dias	30%	100%
Anos Finais	90 dias	30%	100%
EJA	120 dias	30%	100%

5.13 A entrega deverá ser realizada diretamente na Divisão de Suprimentos, situada na Rua Niterói, nº 130 – Jardim Mariléa – Rio das Ostras, de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h, exceto em feriados, observando as seguintes exigências:





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

5.14 A entrega será acompanhada por uma equipe designada pela Contratante, que realizará a conferência dos itens quanto à quantidade e qualidade.

5.15 Os produtos serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, mediante conferência visual e quantitativa pela equipe responsável, com o objetivo de identificar eventuais danos aparentes, como embalagens violadas, avarias perceptíveis ou itens em desacordo com as especificações contratuais.

5.16 Caso sejam constatadas irregularidades visíveis de imediato, os itens não serão aceitos e serão devolvidos ao fornecedor para substituição no prazo máximo de 10 dias úteis, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

5.17 O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação detalhada dos produtos, que poderá incluir testes, conferência de validade, conformidade com normativas vigentes e outras especificações técnicas.

5.18 Caso sejam identificadas não conformidades após o recebimento provisório, mesmo que não perceptíveis no ato da entrega, a contratada será notificada e deverá substituir os produtos ou corrigir as falhas no prazo máximo de 10 dias úteis, sem custos adicionais para a contratante.

5.19 A aceitação definitiva dos itens será formalizada por meio de um Termo de Recebimento Definitivo, emitido após a verificação integral do cumprimento das condições estabelecidas no contrato.

5.20 No ato de entrega dos itens, a contratada deverá observar as seguintes condições operacionais:

- ✓ Os entregadores deverão aguardar a conferência da Nota Fiscal em relação a verificação da quantidade/qualidade/adequação do objeto a ser entregue;
- ✓ Após a confirmação do objeto o romaneio de carga/entrega do fornecedor deverá ser assinado e datado, pelo servidor responsável, atestando o recebimento.
- ✓ O romaneio de carga/entrega do fornecedor e a nota fiscal correspondente ao fornecimento efetuado deverá ser entregue à equipe de fiscalização ou ao servidor designado por ele;
- ✓ O transporte deverá ser realizado em veículo apropriado nos termos da legislação vigente.
- ✓ Os fornecedores devem entregar as mercadorias com carrinho próprio (para fazer o transporte do veículo, da rua até o setor).

5.21 O treinamento dos professores e coordenadores vinculados ao uso dos materiais fornecidos será considerado etapa integrante da execução contratual, devendo ser realizada conforme cronograma a ser definido pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer em comum acordo com a contratada.

5.21.1 Assim, considera-se parte integrante da entrega a **disponibilização** do treinamento pedagógico para uso dos materiais, seja no formato presencial, remoto ou híbrido, sem ônus adicional para a Administração.

5.21.2 A disponibilização dos cursos deverá ser formalmente comunicada à SEMEDE, sendo considerada válida a partir da entrega do plano de formação e liberação dos acessos (no caso de EAD), ou do cronograma (no caso presencial).





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

15.21.3 Caberá à SEMEDE, a partir da disponibilização, utilizar-se do treinamento de acordo com seu planejamento, respeitado o prazo de vigência contratual.

15.21.4 A contratada deverá aplicar pesquisa de satisfação com os professores e coordenadores participantes do treinamento, devendo apresentar os resultados à fiscalização do contrato em até 10 (dez) dias úteis após cada formação.

15.21.5 A avaliação insatisfatória, desde que constatada em relatório da fiscalização, poderá ensejar aplicação de sanções, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e nas cláusulas contratuais.

15.21.6 O pagamento será condicionado à entrega integral dos kits, com atesto da unidade requisitante e à disponibilização do treinamento pedagógico, seja no formato presencial, remoto ou híbrido.

15.21.7 O não cumprimento do treinamento nos termos pactuados poderá acarretar a penalização por inexecução parcial do contrato, com a retenção do pagamento na forma prevista no decreto municipal 4039/2024.

#### **Da obrigação da Contratante**

5.22 Entregar os materiais, estritamente de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência, no quantitativo estabelecido e nos locais estabelecidos, responsabilizando-se por sua substituição na hipótese de se constatar, quando do recebimento pela Secretaria de Educação, desacordo com as referidas especificações;

5.23. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, resultantes da contratação;

5.24. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Secretaria de Educação;

5.25. Responder em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega garantindo-lhes alimentação e transporte até o local da prestação dos serviços, bem como a logística necessária ao transporte das ferramentas e dos itens necessários;

5.26 Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados, durante a execução dos serviços de entrega, instalação, ou assistência técnica;

5.27 Não será aceita a participação de sociedades cooperativas, pois a contratação não se refere à prestação de serviços de dedicação exclusiva de mão de obra ou atividades que exijam, ou seja, recomendada a participação de cooperativas.

#### **Da obrigação da Contratada**

5.28 Conduzir o fornecimento dos kits de acordo com as normas e as especificações técnicas deste Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;

5.29 Prestar a garantia contratual no prazo previsto neste Termo de Referência.

5.30 Entregar os materiais no endereço indicado pela contratante;

5.31 Prover a entrega dos itens, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

5.32 Iniciar e concluir a entrega dos materiais dentro dos prazos estipulados e comunicar ao Fiscal do contrato, tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

5.33 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

5.34 Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;

5.35 Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento; indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros;

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**Fiscal Administrativo:**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**Gestor do Contrato**

6.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

7.1 O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

### **Liquidação**

7.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.7. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

7.7.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.7.1.1. o prazo de validade;
- 7.7.1.2. a data da emissão;
- 7.7.1.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.7.1.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.7.1.5. o valor a pagar; e
- 7.7.1.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

7.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação de índice de correção monetária.

**Forma de pagamento**

7.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. 8.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Cessão de crédito**

7.21 Não é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios.

**Reajuste contratual**

7.22 Considerando o disposto no art. 25, § 8º, da Lei n.º 14133/2021, bem como considerando que o prazo começa a ser contado do orçamento estimado, segundo o § 3º do art. 92 da mesma Lei.

7.23 Os preços inicialmente são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da conclusão do orçamento estimado definitivo.

7.24 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.25 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.26 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.27 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.28 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

7.29 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio do termo aditivo.

7.30 O reajuste será realizado por apostilamento, ou por aditivo.

7.31 O reajuste a que a futura contratada fizer jus e não for solicitado durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual, se não houver qualquer ressalva no respectivo termo, ou com o encerramento do contrato.

#### **Extinção do Contrato**

7.32 Extinção do Contrato, nos termos do Art. 92, XIX, da Lei Federal n.º 14133/2021, nos seguintes termos:

✓ O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

✓ Se as obrigações do contrato firmado subsequente a ata não for cumprida no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

7.32.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

✓ ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

✓ poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

7.33 O futuro contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. 12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

7.34 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

7.35 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

7.36 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- ✓ Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- ✓ Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- ✓ Indenizações e multas.

7.37 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

7.38 O futuro contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE** no modo de disputa aberto e fechado.

8.2 O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa dias). O licitante deverá apresentar proposta contemplando o quantitativo máximo estimado para cada lote, conforme previsto neste Edital, o qual representa limite máximo de contratação, não implicando obrigação de aquisição integral por parte da administração, no caso o consumo mínimo será de 30% (trinta por cento).

8.3 No preço proposto deverá estar incluso, além dos lucros, todos os custos diretos e indiretos, como por exemplo: materiais, mão-de-obra, equipamentos, transportes, seguros, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e fiscais e quaisquer outras despesas direta ou indiretamente relacionadas com a execução total do objeto.

8.4 Não serão aceitos preços irrisórios e/ou inexequíveis, cabendo à Administração a faculdade de promover verificações ou diligências que se fizerem necessárias, objetivando, comprovação da regularidade da proposta ofertada.

8.5 A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do licitante, de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.6 Em caso de empate entre propostas, será adotado o critério de desempenho contratual anterior, nos termos do art. 60, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.7 Admite-se o cadastro de licitantes em reserva na Ata de Registro de Preços, conforme a ordem de classificação, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. A Administração poderá, durante a vigência da Ata, convocar os fornecedores remanescentes, desde que aceitem praticar o mesmo preço e condições do primeiro colocado, nas seguintes hipóteses: a) Inadimplemento ou descumprimento contratual por parte do fornecedor vencedor; Rescisão administrativa ou unilateral da contratação; b) Constatação de inexecução, falência, impedimento legal ou sanção impeditiva; c) Desistência formal do fornecedor registrado

8.8 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on-line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

8.9 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

8.10 Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato e documentos correlatos.

8.11 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de seu recebimento.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

8.12 O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**Forma de fornecimento**

8.13 O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preços para aquisição dos materiais especificados no subitem 1.1 deste T.R., que trata das Condições Gerais da Contratação a serem fornecidos quando deles o MUNICIPIO tiver necessidade, respeitando as seguintes quantidades:

8.14 O consumo mínimo será de 30% (trinta por cento) do quantitativo registrado e o consumo máximo poderá atingir 100% (cem por cento).

8.15 A entrega será parcelada.

**Habilitação jurídica**

8.16. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; 9.8. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.17 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.18 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.25 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.26 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.27 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.20 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

8.21 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.22 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.23 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.24 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.25 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.26 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.27 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira.**

8.28 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.29. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.30 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.30.1 A boa situação financeira da empresa será demonstrada pelo licitante através da aplicação dos índices econômicos financeiros, a serem extraídos do balanço patrimonial indicado acima, calculado com duas casas decimais de acordo com a fórmula abaixo, observando-se o resultado obtido da aplicação dos índices econômicos financeiros.

- ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE .....  $ILC = AC/PC \geq 1,00$
- ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL .....  $ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP) \geq 1,00$
- ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL.....  $IEG = (PC + ELP) / AT < 1,00$





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

Onde:

AC = ATIVO CIRCULANTE

PC = PASSIVO CIRCULANTE

RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

ELP = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

AT = ATIVO TOTAL

8.30.2. Os licitantes que apresentarem resultado inferior a 1 (um) nos índices de Liquidez Corrente (LC) e Liquidez Geral (LG) ou resultado maior ou igual a 1 (um) no Índice de Endividamento Geral (IEG), deverão comprovar, considerados os riscos da Administração, o patrimônio líquido mínimo, 2,5% (dois e meio por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

8.30.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.30.4 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.30.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando couber.

8.31 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (art. 65, §1º, Lei nº 14.133, de 2021).

8.31 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

8.32 Para fins de qualificação técnico-operacional, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, as licitantes deverão apresentar:

8.33 Apresentação de atestado(s) e/ou certidão(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem aptidão para o desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, que comprovem, no mínimo, 30% (trinta por cento) do total do quantitativo dos livros paradidáticos a serem adquiridos por lotes;

8.34 A definição do percentual mínimo de 30% (trinta por cento) para a comprovação da capacidade técnica baseia-se na necessidade de mitigar riscos e assegurar a qualidade dos livros paradidáticos oferecidos. Esta exigência visa garantir que as empresas licitantes possuam um histórico comprovado de sucesso na produção e fornecimento de materiais educacionais, o que reduz a probabilidade de falhas, atrasos ou disponibilização de materiais de baixa qualidade.

8.35 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.36 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

8.37 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.38 Prova de atendimento aos requisitos previstos na lei 14.133/2021.

**Lei de Proteção de Dados**

8.39 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD) c/c Decreto Municipal nº 3250/2022 que regulamenta a Lei 13.709/2018, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

8.40 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

8.41 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.42 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

8.43 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LOPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.44 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

8.45 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.46 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

8.47 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.48 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

8.49 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

8.50 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 15.661.824,97 conforme custos unitários divididos por lotes.

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
LOTE	ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTD	VALORES ESTIMADOS	
		Descrição do material			Preço Unit.	Preço Total
1	1.1	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos – Alunos	KIT	1231	R\$ 440,16	R\$ 541.836,96
	1.2	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos - Professor	KIT	70	R\$ 569,28	R\$ 39.849,60
	1.3	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos - Coordenador	KIT	9	R\$ 580,15	R\$ 5.221,35
	1.4	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos – Alunos	KIT	985	R\$ 427,77	R\$ 421.353,45
	1.5	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos – Professor	KIT	41	R\$ 546,08	R\$ 22.389,28
	1.6	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos - Coordenador	KIT	9	R\$ 566,22	R\$ 5.095,98
VALOR TOTAL						R\$ 1.035.746,62

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
2	2.1	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos – Alunos	KIT	1361	R\$ 483,51	R\$ 658.057,11
	2.2	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos – Professor	KIT	70	R\$ 514,74	R\$ 36.031,80
	2.3	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos - Coordenador	KIT	9	R\$ 517,62	R\$ 4.658,58
	2.4	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos – Alunos	KIT	1506	R\$ 471,05	R\$ 709.401,30
	2.5	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos – Professor	KIT	72	R\$ 502,29	R\$ 36.164,88
	2.6	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos - Coordenador	KIT	9	R\$ 504,76	R\$ 4.542,84
VALOR TOTAL						R\$ 1.448.856,51

CATMAT 464269						
---------------	--	--	--	--	--	--



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
3	3.1	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos – Alunos	KIT	916	R\$ 534,09	R\$ 489.226,44
	3.2	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos – Professor	KIT	41	R\$ 622,09	R\$ 25.505,69
	3.3	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos - Coordenador	KIT	9	R\$ 626,41	R\$ 5.637,69
VALOR TOTAL						R\$ 520.369,82

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
4	4.1	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos – Alunos	KIT	1375	R\$ 635,30	R\$ 873.537,50
	4.2	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos – Professor	KIT	70	R\$ 667,91	R\$ 46.753,70
	4.3	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos - Coordenador	KIT	9	R\$ 671,00	R\$ 6.039,00
	4.4	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos – Alunos	KIT	1530	R\$ 599,04	R\$ 916.531,20
	4.5	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos – Professor	KIT	72	R\$ 630,02	R\$ 45.361,44
	4.6	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos - Coordenador	KIT	9	R\$ 633,46	R\$ 5.701,14
VALOR TOTAL						R\$ 1.893.923,98

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
5	5.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano – Alunos	KIT	1779	R\$ 536,66	R\$ 954.718,14
	5.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano – Professor	KIT	77	R\$ 603,96	R\$ 46.504,92
	5.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano - Coordenador	KIT	9	R\$ 606,73	R\$ 5.460,57
	5.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano – Alunos	KIT	1783	R\$ 568,60	R\$ 1.013.813,80
	5.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano-Professor	KIT	72	R\$ 636,58	R\$ 45.833,76
	5.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano - Coordenador	KIT	9	R\$ 631,58	R\$ 5.684,22
	5.7	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano – Alunos	KIT	1761	R\$ 589,44	R\$ 1.038.003,84
	5.8	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano-Professor	KIT	57	R\$ 649,75	R\$ 37.035,75
	5.9	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano - Coordenador	KIT	9	R\$ 653,24	R\$ 5.879,16
VALOR TOTAL						R\$ 3.152.934,16



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
6	6.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano – Alunos	KIT	1901	R\$ 571,99	R\$ 1.087.352,99
	6.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano-Professor	KIT	60	R\$ 638,43	R\$ 38.305,80
	6.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano - Coordenador	KIT	9	R\$ 643,84	R\$ 5.794,56
	6.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano – Alunos	KIT	1667	R\$ 585,82	R\$ 976.561,94
	6.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano-Professor	KIT	50	R\$ 653,73	R\$ 32.686,50
	6.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano - Coordenador	KIT	9	R\$ 664,87	R\$ 5.983,83
VALOR TOTAL						R\$ 2.146.685,62

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
7	7.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano – Alunos	KIT	2043	R\$ 567,26	R\$ 1.158.912,18
	7.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano-Professor	KIT	63	R\$ 635,30	R\$ 40.023,90
	7.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano – Coordenador	KIT	9	R\$ 641,00	R\$ 5.769,00
	7.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano – Alunos	KIT	2095	R\$ 591,10	R\$ 1.238.354,50
	7.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano-Professor	KIT	61	R\$ 659,41	R\$ 40.224,01
	7.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano – Coordenador	KIT	9	R\$ 661,94	R\$ 5.957,46
	7.7	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano – Alunos	KIT	1858	R\$ 600,06	R\$ 1.114.911,48
	7.8	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano-Professor	KIT	53	R\$ 667,62	R\$ 35.383,86
	7.9	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano – Coordenador	KIT	9	R\$ 672,28	R\$ 6.050,52
	7.10	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano – Alunos	KIT	1457	R\$ 640,68	R\$ 933.470,76
	7.11	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano-Professor	KIT	43	R\$ 708,91	R\$ 30.483,13
	7.12	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano – Coordenador	KIT	9	R\$ 715,64	R\$ 6.440,76
VALOR TOTAL						R\$ 4.615.981,56

CATMAT 464269						
---------------	--	--	--	--	--	--





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
8	8.1	Projeto LER & Reler - EJA 1º segmento – Alunos	KIT	133	R\$ 543,84	R\$ 72.330,72
	8.2	Projeto LER & Reler - EJA 1º segmento - Professor	KIT	4	R\$ 612,26	R\$ 2.449,04
	8.3	Projeto LER & Reler - EJA 1º segmento - Coordenador	KIT	3	R\$ 628,97	R\$ 1.886,91
	8.4	Projeto LER & Reler - EJA 2º segmento – Alunos	KIT	393	R\$ 532,43	R\$ 209.244,99
	8.5	Projeto LER & Reler - EJA 2º segmento - Professor	KIT	4	R\$ 600,60	R\$ 2.402,40
	8.6	Projeto LER & Reler - EJA 2º segmento - Coordenador	KIT	3	R\$ 627,10	R\$ 1.881,30
VALOR TOTAL						R\$ 290.195,36

COTA RESERVADA À ME / EPP						
CATMAT 464269						
COTA RESERVADA À ME / EPP						
9	9.1	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos – Alunos	KIT	92	R\$ 440,16	R\$ 40.494,72
	9.2	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos - Professor	KIT	7	R\$ 569,28	R\$ 3.984,96
	9.3	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos - Coordenador	KIT	1	R\$ 580,15	R\$ 580,15
	9.4	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos – Alunos	KIT	74	R\$ 427,77	R\$ 31.654,98
	9.5	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos – Professor	KIT	4	R\$ 546,08	R\$ 2.184,32
	9.6	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos - Coordenador	KIT	1	R\$ 566,22	R\$ 566,22
VALOR TOTAL						R\$ 79.465,35

CATMAT 464269						
COTA RESERVADA À ME / EPP						
10	10.1	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos – Alunos	KIT	70	R\$ 483,51	R\$ 33.845,70
	10.2	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos – Professor	KIT	7	R\$ 514,74	R\$ 3.603,18
	10.3	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos - Coordenador	KIT	1	R\$ 517,62	R\$ 517,62
	10.4	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos – Alunos	KIT	79	R\$ 471,05	R\$ 37.212,95
	10.5	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos – Professor	KIT	8	R\$ 502,29	R\$ 4.018,32
	10.6	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos - Coordenador	KIT	1	R\$ 504,76	R\$ 504,76
VALOR TOTAL						R\$ 79.702,53

CATMAT 464269						
---------------	--	--	--	--	--	--



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

COTA RESERVADA À ME / EPP						
11	11.1	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos – Alunos	KIT	143	R\$ 534,09	R\$ 76.374,87
	11.2	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos – Professor	KIT	4	R\$ 622,09	R\$ 2.488,36
	11.3	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos - Coordenador	KIT	1	R\$ 626,41	R\$ 626,41
VALOR TOTAL						R\$ 79.489,64

CATMAT 464269						
COTA RESERVADA À ME / EPP						
12	12.1	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos – Alunos	KIT	56	R\$ 635,30	R\$ 35.576,80
	12.2	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos – Professor	KIT	7	R\$ 667,91	R\$ 4.675,37
	12.3	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos - Coordenador	KIT	1	R\$ 671,00	R\$ 671,00
	12.4	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos – Alunos	KIT	55	R\$ 599,04	R\$ 32.947,20
	12.5	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos – Professor	KIT	8	R\$ 630,02	R\$ 5.040,16
	12.6	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos - Coordenador	KIT	1	R\$ 633,46	R\$ 633,46
VALOR TOTAL						R\$ 79.543,99

CATMAT 464269						
COTA RESERVADA À ME / EPP						
13	13.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano – Alunos	KIT	38	R\$ 536,66	R\$ 20.393,08
	13.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano – Professor	KIT	8	R\$ 603,96	R\$ 4.831,68
	13.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano - Coordenador	KIT	1	R\$ 606,73	R\$ 606,73
	13.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano – Alunos	KIT	38	R\$ 568,60	R\$ 21.606,80
	13.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano-Professor	KIT	8	R\$ 636,58	R\$ 5.092,64
	13.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano - Coordenador	KIT	1	R\$ 631,58	R\$ 631,58
	13.7	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano – Alunos	KIT	37	R\$ 589,44	R\$ 21.809,28
	13.8	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano-Professor	KIT	6	R\$ 649,75	R\$ 3.898,50
	13.9	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano - Coordenador	KIT	1	R\$ 653,24	R\$ 653,24
VALOR TOTAL						R\$ 79.523,53



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

CATMAT 464269						
COTA RESERVADA À ME / EPP						
14	14.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano – Alunos	KIT	62	R\$ 571,99	R\$ 35.463,38
	14.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano-Professor	KIT	6	R\$ 638,43	R\$ 3.830,58
	14.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano - Coordenador	KIT	1	R\$ 643,84	R\$ 643,84
	14.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano – Alunos	KIT	61	R\$ 585,82	R\$ 35.735,02
	14.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano-Professor	KIT	5	R\$ 653,73	R\$ 3.268,65
	14.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano - Coordenador	KIT	1	R\$ 664,87	R\$ 664,87
VALOR TOTAL						R\$ 79.606,34

CATMAT 464269						
COTA RESERVADA À ME / EPP						
15	15.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano – Alunos	KIT	29	R\$ 567,26	R\$ 16.450,54
	15.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano-Professor	KIT	6	R\$ 635,30	R\$ 3.811,80
	15.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano – Coordenador	KIT	1	R\$ 641,00	R\$ 641,00
	15.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano – Alunos	KIT	29	R\$ 591,10	R\$ 17.141,90
	15.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano-Professor	KIT	6	R\$ 659,41	R\$ 3.956,46
	15.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano – Coordenador	KIT	1	R\$ 661,94	R\$ 661,94
	15.7	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano – Alunos	KIT	29	R\$ 600,06	R\$ 17.401,74
	15.8	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano-Professor	KIT	5	R\$ 667,62	R\$ 3.338,10
	15.9	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano – Coordenador	KIT	1	R\$ 672,28	R\$ 672,28
	15.10	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano – Alunos	KIT	19	R\$ 640,68	R\$ 12.172,92
	15.11	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano-Professor	KIT	4	R\$ 708,91	R\$ 2.835,64
	15.12	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano – Coordenador	KIT	1	R\$ 715,64	R\$ 715,64
VALOR TOTAL						R\$ 79.799,96

VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 15.661.824,97
----------------------	-------------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

9.2 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 42 do Decreto nº 43.759/2023):

9.2.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

10.2 A contratação será atendida por dotação informada futuramente, conforme Art. 95 do Decreto Municipal nº 3884/2024 §4º, a saber:

§ 4º Em se tratando de licitação para **registro de preços**, não é necessária a realização de prévia reserva orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

## **11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, inc. XIV da lei n.º 14.133/2021 c/c Decreto Municipal 4039/2024.)**

11.1 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 4039, de 2024, e nas demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I – Advertência;

II – Multa;

a) compensatória;

b) de mora;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “a” do inciso II.

11.3. A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

I - Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso injustificado, na entrega de material ou execução de serviços e 1% (um por cento) ao dia após o 15º (décimo quinto) dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;

II - O atraso na prestação da garantia contratual pelo licitante vencedor ou contratante acarretará a aplicação de multa, nos seguintes termos:

a) atraso de 30 (trinta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da garantia;

b) atraso entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da garantia;

c) atraso superior a 60 (sessenta) dias do termo final para a prestação da garantia: multa de 5% (cinco por cento) do valor da garantia.

III - De 3% (três por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços ou para a contratação direta, para aquele que:

a) na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

d) tumultuar a sessão pública da licitação;

e) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;

f) propor recursos e impugnações manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

h) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;

i) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

j) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;

k) não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;

l) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;

m) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

n) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

o) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual-EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

p) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;

q) deixar de repor funcionários faltosos;

r) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

s) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

t) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

u) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**IV** - De 10% (dez por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:

- a) inexecução parcial, com ou sem prejuízo para o ente Contratante;
- b) quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.

**V** - De 20% (vinte por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato, da Ata de Registro de Preços;
- h) recusa do infrator em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, salvo se a recusa em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, do qual não tenha dado causa ou concorrido negligentemente, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, mediante decisão favorável e motivada da autoridade competente;
- i) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

11.4 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

11.5 Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação.

11.6 O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

11.7 A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste instrumento, cumulando-se os respectivos valores.

11.8 Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios estabelecido no Decreto Municipal nº 4039, de 2024:

11.9 Será aplicada a sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I- Impedimento pelo período de até 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - e) tenha sofrido três penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a seis meses;
  - f) recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos no contrato e/ou na Ata de Registro de Preços;
  - g) tumultue a sessão pública de licitação;
  - h) dê ensejo ao cancelamento parcial do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços;
  - i) deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
  - j) ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;
  - k) deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
  - l) induza em erro a Administração;
  - m) seja reincidente na penalidade de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
    - 1. atraso na execução do objeto;
    - 2. alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;
    - 3. não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa.
  - n) atraso na execução do disposto na Ata de Registro de Preços ou no contrato;
- II- Impedimento pelo período entre 01 (um) ano até 02 (dois) anos, caso o infrator:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - b) a paralisação injustificada do serviço, da obra ou do fornecimento de bens;
  - c) à rescisão do contrato e/ou Ata de Registro de Preços;
  - d) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;
  - e) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade.
- III- Impedimento pelo período entre 02 (dois) anos até 03 (três) anos, caso o infrator:
- a) der causa à inexecução total do contrato;
  - b) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
  - c) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações ou contratações diretas, no momento da contratação ou durante a execução do contrato;
  - d) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
  - e) comportamento inidôneo;
  - f) apresentação de documentação falsa;
  - g) falha ou fraude na execução do contrato;
  - h) fraude fiscal.

11.10. A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

11.11. Será aplicada a sanção de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - Pelo período entre 03 (três) anos até 04 (quatro) anos, no caso de o infrator:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

II- Pelo período entre 04 (quatro) anos até 05 (cinco) anos, no caso de o infrator: a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

III- Pelo período entre 05 (cinco) anos até 06 (seis) anos, caso o infrator:

- a) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa);
- b) existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais;
- c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013. 10.12 Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º do Decreto Municipal nº 4039, de 2024, pelo prazo máximo de 06 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.12. cometimento de mais de 01 (uma) infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente 01 (uma) delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

11.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente. 10.18. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **12. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**

12.1 A escolha do sistema de registro de preços para compras públicas, conforme a nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, é justificada por sua capacidade de promover eficiência, transparência e economia nas aquisições e permite a contratação de bens e serviços de forma planejada, garantindo a disponibilidade de produtos conforme a demanda. A utilização desse sistema favorece a competitividade, pois assegura que as propostas sejam apresentadas em um ambiente mais amplo e acessível, promovendo melhores preços e condições. A agilidade nas contratações e a gestão eficiente dos recursos públicos tornam o sistema de registro de preços uma ferramenta essencial para a administração pública moderna e responsável.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

12.2 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas situações prevista na Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 e conforme Decreto Municipal nº 093, de 10 de novembro de 2023);

12.3 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.4 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.5 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**Órgão Gerenciador:**

12.6 A Ata de Registro de Preços terá como órgão gerenciador, a Secretaria de Educação, Esporte e Lazer – SEMEDE.

**Das Obrigações do Órgão Gerenciador:**

12.7 Garantir a adequada gestão da ata de registro de preços, monitorando sua validade e aplicabilidade;

12.8 Manter a ata de registro de preços disponível para consulta, garantindo a transparência e o acesso à informação;

12.9 Assegurar que os fornecedores sejam informados sobre a convocação para a formalização dos contratos, respeitando os prazos estabelecidos;

12.10 Realizar a revisão dos preços registrados quando necessário, seguindo os dispositivos legais.

**Da Possibilidade de Adesão por Órgãos ou Entidades não participantes**

12.11 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os Órgãos e as entidades da Administração Pública, que não participaram do procedimento de IRP, poderão aderir à ata de registro de preços, na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação da justificativa da vantagem da adesão;
- b) demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art.23 da Lei nº 14.133/2021;
- c) consulta e aceitação prévia do órgão gerenciador e do fornecedor.

12.12 Durante o prazo de validade da Ata é vedada a participação de órgão ou entidade e mais de uma ata com o mesmo objeto, ressalvada a hipótese em que a ata anteriormente registrada contemple quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital, observando o planejamento da contratação e a vantajosidade para a Administração.

12.13 A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada, após a aceitação da adesão pelo fornecedor. Serão observadas as seguintes regras de controle para adesão à ata de registro de preços:

- a) as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

b) o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata.

**Da obrigação do órgão participante.**

12.14 O órgão ou entidade da Administração Pública que vier a aderir à Ata de Registro de Preços, na condição de órgão não participante, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021, deverá observar as seguintes obrigações:

12.14.1 Formalizar solicitação de adesão junto ao órgão gerenciador, indicando de forma clara o quantitativo pretendido, devidamente justificado em conformidade com sua demanda e disponibilidade orçamentária;

12.14.3 Assumir integral responsabilidade pela gestão e fiscalização da execução contratual, incluindo o recebimento provisório e definitivo dos materiais, a análise de conformidade das entregas e a aplicação de penalidades, se cabíveis;

12.14.4 Indicar formalmente os fiscais técnico e administrativo, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021, para acompanhar a execução do objeto dentro de sua jurisdição;

12.14.5 Zelar pela correta aplicação dos materiais paradidáticos, de acordo com os objetivos pedagógicos definidos no Termo de Referência original, respeitando a integridade dos projetos "Cantando e Contando" e "Ler & Reler";

12.14.6 Arcar com os custos decorrentes da sua adesão, inclusive despesas de logística, transporte, conferência e distribuição interna, quando estas não forem cobertas diretamente pela empresa registrada;

12.14.7 Cumprir os prazos de pagamento e todas as demais condições previstas na Ata e no instrumento convocatório original, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no termo de adesão.

**13. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

13.1 Preliminarmente escalaremos que foi consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU. A contratação prevista para a aquisição de livros paradidáticos para os projetos "Cantando e Contando" e "Ler & Reler" em Rio das Ostras deve considerar os potenciais impactos ambientais associados, principalmente relacionados à produção, embalagem e transporte dos livros.

13.2 Para mitigar esses impactos e promover práticas ambientalmente responsáveis, serão adotadas as seguintes medidas: Produção Sustentável: Será incentivada a escolha de fornecedores que adotem práticas de produção sustentáveis, utilizando materiais recicláveis ou de fontes renováveis na confecção dos livros.

13.3 Transporte Eficiente: A logística de distribuição dos livros será planejada de forma a otimizar as rotas e reduzir as emissões de carbono, contribuindo para a diminuição da pegada ambiental. Educação Ambiental: A contratada deverá colaborar com as escolas na promoção de atividades de educação ambiental, conscientizando alunos e professores sobre a importância da sustentabilidade e do cuidado com o meio ambiente.

13.4 Com essas medidas, espera-se não apenas minimizar os impactos ambientais decorrentes da contratação, mas também promover uma cultura de sustentabilidade e responsabilidade ambiental no contexto educacional, alinhando as ações dos projetos "Cantando e Contando" e "Ler & Reler" com os objetivos de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável

**14. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA**

✓ Anexo I Especificações





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

- ✓ Anexo II Mapa de Risco
- ✓ Anexo III Memória de Cálculo

**15. DÚVIDAS E/OU MAIORES INFORMAÇÕES**

15.1 Em caso de dúvidas com relação a contratação, disponibilizamos os seguintes contatos:

SECRETARIA	TELEFONE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER SEMEDE	(22) 2771-6111 / (22) 2771-8441

Rio das Ostras, 03 de fevereiro de 2026.

Vanessa Teixeira Pacheco  
Mat 21778-6





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ESPECIFICAÇÕES**

**PROJETO LER E RELER**

- **Para a Educação Infantil (3, 4 e 5 anos):** mochilas individuais com 8 obras literárias para cada faixa etária da Educação Infantil
- **Para o Ensino Fundamental (1º ao 9º ano):** mochilas individuais com 8 obras literárias para cada ano do Ensino Fundamental
- **Para a Educação de Jovens e Adultos (1º e 2º módulos):** mochilas individuais com 6 obras de literatura para cada segmento da EJA.
- **Para os professores e Coordenadores:** mochilas individuais acompanhadas dos mesmos livros de literatura que o estudante recebe mais um guia do professor, intitulado Trajetórias Leitoras.
- Todas as mochilas contêm 1 livro de atividades, exceto a mochila de 3 anos da Educação Infantil.

**PROJETO CANTANDO E CONTANDO:**

- **0 a 2 anos:** Kit composto por uma mochila individual, seis livros de literatura e dois fantoches.
- **3 anos:** Kit composto uma mochila individual, por seis livros de literatura e dois fantoches.
- **4 anos:** Kit composto uma mochila individual, por seis livros de literatura e dois livros de atividades.
- **5 anos:** Kit composto uma mochila individual, por seis livros de literatura e dois livros de atividades.
- **Para os Professores e Coordenadores:** Kits com uma mochila individual acompanhados dos mesmos livros de literatura que a criança recebe mais um guia do professor, intitulado Caminho aberto.
- Nos kits de 0 a 2 anos e de 3 anos estão incluídos dois fantoches e uma cortina lúdica.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA  
MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO**

Órgão/Entidade: Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Rio das Ostras

Solução a ser contratada: Aquisição de kits de livros paradidáticos acessíveis, com materiais lúdicos e digitais, para alunos, professores e coordenadores da Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA

**1. INTRODUÇÃO:**

O Mapa de Riscos é uma ferramenta de gestão que visa identificar, avaliar e propor medidas de mitigação para os riscos associados à contratação pública, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021.

A presente contratação visa atender à necessidade da rede pública de ensino de Rio das Ostras em qualificar os acervos paradidáticos, promovendo inclusão, acessibilidade, sustentabilidade e recomposição das aprendizagens. A solução adotada contempla os projetos “Cantando e Contando” e “Ler & Releer”, cuja abordagem metodológica está alinhada à BNCC, PNE, LDB, LBI e demais dispositivos legais.

**2. TABELA – IDENTIFICAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS**

Nº	Fase da Contratação	Tipo de Risco	Identificação do Risco	Prob .	Imp .	Níve I	Medidas de Mitigação	Plano de Contingência	Responsável
1	Planejamento da Contratação	Pedagógico/Técnico	Escolha de obras que não atendam integralmente à legislação educacional e aos critérios pedagógicos da SEMEDE	2	5	10	Exigência de conformidade com BNCC, LDB, LBI, PNE e Decreto 10.502/2020 nas especificações	Substituição de fornecedores com obras reprovadas na fase de amostras	Equipe Pedagógica/Técnica da SEMEDE



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

							do TR e avaliação rigorosa das amostras		
2	Planejamento da Contratação	Operacional	Superdimensionamento ou subdimensionamento das quantidades a contratar	3	4	12	Uso de dados estatísticos atualizados e reserva técnica prevista no ETP	Readequação contratual conforme necessidade e planejamento pedagógico	Departamento Pedagógico/SEMEDE
3	Seleção do Fornecedor	Legal/Administrativo	Inabilitação de fornecedores por ausência de documentação técnica exigida	3	3	9	Publicação clara do TR, exigência de documentos comprobatórios e prova de conceito	Convocação de novos classificados conforme regras da licitação	Comissão de Licitação
4	Seleção do Fornecedor	Técnico	Apresentação de amostras em desacordo com as exigências de acessibilidade, conteúdo ou materiais complementares	4	5	20	Avaliação rigorosa com critérios definidos (item 4.24 do TR) e recusa de materiais em desconformidade	Recusa da proposta e do próximo licitante	Comissão Técnica de Avaliação
5	Execução do Contrato	Logístico	Atrasos na entrega dos kits nas escolas, comprometendo o calendário pedagógico	3	5	15	Definição de prazos por segmento, fiscalização ativa	Aplicação de sanções contratuais e eventual	Fiscal do Contrato



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

							e cláusulas contratuais de penalidade	substituição do fornecedor	
6	Execução do Contrato	Qualidade	Recebimento de materiais com defeitos de impressão ou danos no transporte	3	4	12	Previsão contratual de substituição em até 10 dias úteis e exigência de garantia de 6 meses	Abertura de ocorrência, notificação formal e substituição sem ônus	Fiscal de Recebimento/SEMEDE
7	Execução do Contrato	Técnico/Pedagógico	Falta de aderência entre os conteúdos dos kits e os objetivos curriculares das escolas	2	4	8	Exigência de integração ao projeto pedagógico no TR e acompanhamento da aplicação pedagógica pela SEMEDE	Reorientação pedagógica com apoio da formação docente contínua	Coordenação Pedagógica/SEMEDE
8	Execução do Contrato	Sustentabilidade	Fornecimento de livros com materiais não recicláveis, descumprindo critérios ambientais	2	3	6	Inclusão de critérios de sustentabilidade no TR (papel certificado, embalagens recicláveis),	Notificação e exigência de adequação no próximo fornecimento	Comissão de Sustentabilidade/SEMED E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rua Campo de Albacora, 75 - Loteamento Atlântica  
Rio das Ostras - RJ - Brasil - CEP: 28895-664 - [www.riodasostrs.rj.gov.br](http://www.riodasostrs.rj.gov.br)





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

							exigência em edital		
9	Execução do Contrato	Formação Docente	Não realização da formação híbrida prevista nos projetos contratados	3	5	15	Vinculação da entrega dos kits à realização da formação; cronograma e monitoramento da participação docente	Suspensão de pagamento até cumprimento da obrigação contratual	Fiscalização Técnica e Pedagógica
10	Execução do Contrato	Financeiro	Falta de recursos orçamentários para atender às ordens de fornecimento planejadas	2	5	10	Planejamento financeiro prévio no PCA; cláusulas de fornecimento condicionado à disponibilidade orçamentária	Reprogramação das entregas conforme dotação disponível	Setor Financeiro/SEMEDE

### 3. DEFINIÇÕES DAS ESCALAS

Escala de Probabilidade (1 a 5):

Raro | 2. Pouco provável | 3. Provável | 4. Muito provável | 5. Praticamente certo

Escala de Impacto (1 a 5):

Muito Baixo | 2. Baixo | 3. Médio | 4. Alto | 5. Muito Alto

Nível de Risco (Probabilidade x Impacto):

Varia de 1 (mínimo) a 25 (máximo). Riscos acima de 15 devem ter monitoramento rigoroso e medidas preventivas prioritárias.







ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

#### **4. RESUMO**

A elaboração deste Mapa de Riscos contribui para garantir a efetividade e a segurança jurídica da contratação pública dos kits paradidáticos, identificando antecipadamente riscos que possam comprometer a entrega, a qualidade ou a funcionalidade da solução.

Os principais riscos observados concentram-se nas fases de execução do contrato, especialmente em relação à entrega parcelada, qualidade dos materiais, realização da formação docente e aderência pedagógica dos conteúdos. As medidas de mitigação previstas, como a exigência de amostras, cláusulas contratuais específicas e acompanhamento técnico e pedagógico, são essenciais para assegurar o alcance dos objetivos da contratação.

#### **5. APROVAÇÃO**

Rio das Ostras, 12 de dezembro de 2025.

GIBERLAN CRUZ SOUZA  
PROFESSOR  
MATRÍCULA Nº 19992-3

ARILDO DOS SANTOS AMARAL  
PROFESSOR SUPERVISOR DE ENSINO  
MATRÍCULA Nº 16475-5

CAROLINA LIMA PIMENTEL  
PROFESSORA  
MATRÍCULA Nº 6239-1





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
1	1.1	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos – Alunos	1323
	1.2	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos – Alunos	1059
	1.3	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos – Alunos	1431
	1.4	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos – Alunos	1585
	1.5	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos - Professor	77
	1.6	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos – Professor	45
	1.7	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos – Professor	77
	1.8	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos – Professor	80
	1.9	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos - Coordenador	10
	1.10	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos - Coordenador	10
	1.11	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos - Coordenador	10
	1.12	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos - Coordenador	10
2	2.1	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos – Alunos	1059
	2.2	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos – Alunos	1431
	2.3	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos – Alunos	1585
	2.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano – Alunos	1817
	2.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano – Alunos	1821
	2.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano – Alunos	1798
	2.7	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano – Alunos	1963
	2.8	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano – Alunos	1728
	2.9	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano – Alunos	2072
	2.10	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano – Alunos	2124
	2.11	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano – Alunos	1887
	2.12	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano – Alunos	1476
	2.13	Projeto LER & Reler - EJA 1º segmento – Alunos	133
	2.14	Projeto LER & Reler - EJA 2º segmento – Alunos	393
	2.15	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos – Professor	45
	2.16	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos – Professor	77
	2.17	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos – Professor	80
	2.18	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano – Professor	85
	2.19	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano- Professor	80
	2.20	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano- Professor	63



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

2.21	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano- Professor	66
2.22	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano- Professor	55
2.23	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano- Professor	69
2.24	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano- Professor	67
2.25	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano- Professor	58
2.26	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano- Professor	47
2.27	Projeto LER & Reler - EJA 1º segmento - Professor	4
2.28	Projeto LER & Reler - EJA 2º segmento - Professor	4
2.29	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos - Coordenador	10
2.30	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos - Coordenador	10
2.31	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos - Coordenador	10
2.32	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano - Coordenador	10
2.33	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano - Coordenador	10
2.34	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano - Coordenador	10
2.35	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano - Coordenador	10
2.36	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano - Coordenador	10
2.37	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano – Coordenador	10
2.38	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano – Coordenador	10
2.39	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano – Coordenador	10
2.40	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano – Coordenador	10
2.41	Projeto LER & Reler - EJA 1º segmento - Coordenador	3
2.42	Projeto LER & Reler - EJA 2º segmento - Coordenador	3



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/2026**

Compromisso celebrado aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte e cinco, na Rua Campo de Albacora, nº 75 - Loteamento Atlântica - Rio das Ostras/RJ, de um lado, o MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ nº 39.223.581/0001-66 doravante designado simplesmente MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretária de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Sr.ª xxxxxxxxxxxxxx, brasileira, xxxxxxxxxxxx, domiciliada e residente nesta cidade, portadora da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxx, inscrita no CPF/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e de outro lado, a(s) empresa(s) abaixo, a seguir denominado COMPROMITENTE(S), assinam o presente instrumento, em conformidade com o resultado do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90013/2026, oriundo do Processo Administrativo nº 28921/2025** devidamente homologado no aludido processo, REGISTRANDO OS PREÇOS para eventual aquisição de ..... (.....) para atender aos setores desta ....., em conformidade com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**EMPRESA(S)**

....., com sede na ....., em ....., CEP ....., inscrita no CNPJ n.º....., neste ato representada por seu ....., Sr. ...., portador da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º .....

**CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, constante no **Processo Administrativo nº 28921/2025**, regendo-se o mesmo pela Lei Federal nº 14133/2021 e alterações supervenientes, Lei Complementar nº 123/2006 com alterações inseridas pela Lei Complementar nº 147/2014 e pela Lei nº 11488/2007, art. 34, e, de forma suplementar pelos Decretos Municipais nºs 3884/2024 e 4039/2024, que regulamentou o Sistema de Registro de Preços, e demais normas pertinentes assim como pelas condições estabelecidas no Edital de **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90013/2026**, pelos termos da proposta constante do Anexo IV - Proposta de Preços e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preços para aquisição dos materiais especificados na Proposta de Preços (Anexo III), que faz parte integrante deste instrumento, a ser fornecido quando deles o MUNICÍPIO tiver necessidade, conforme preços e quantidades seguintes:

**a) ORGAO GERENCIADOR E PARTICIPANTE**

**a.1) ORGAO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS**

Item								
	Especificação	Marca	modelo	Unidade	Quant Máxima	Quant Mínima	Valor Unit.	
X								



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**a.2) ORGAO PARTICIPANTE:** Não houve participantes procedimento público de Intenção de Registro de Preços **IRP nº 982921-00010/2026.**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Ficam registrados os preços unitários propostos pelos fornecedores para o item consolidando o quantitativo total.

**Parágrafo Único**

Nos preços registrados e descritos já estão inclusas todas as despesas direta e indiretamente relacionadas ao seu correto fornecimento, inclusive impostos, tributos, transportes, fretes, seguros, mão-de-obra, encargos, securitários e tributários ou outros decorrentes ou que venham a ser devidos em razão do mesmo, não cabendo à Prefeitura quaisquer custos adicionais.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, na forma do art. N22 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

**Parágrafo Primeiro**

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período inicial, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo Segundo**

O contrato decorrente de ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**Parágrafo Terceiro**

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentário respectivos.

**Parágrafo Quarto**

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Quinto**

O instrumento contratual de que trata o item \_\_\_\_ deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

**Parágrafo Sexto**

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Cada fornecimento derivado desta Ata de Registro de Preços correrá por conta da respectiva verba indicada pela Secretaria Municipal de ..... para o exercício.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

O MUNICÍPIO, através da Secretaria Municipal, órgão participante, deste Registro de Preços não está obrigado a adquirir uma quantidade mínima ou máxima dos materiais, ficando o seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição.

**Parágrafo Primeiro**

Os quantitativos dos materiais expressos na proposta detalhada referem-se à previsão anual de consumo, os quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes pelo MUNICÍPIO durante a vigência deste Registro de Preços.

**Parágrafo Segundo**

O COMPROMITENTE ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO**

A contratação do fornecedor registrado, COMPROMITENTE, será realizada de acordo com cada solicitação da Secretaria Municipal de ..... - ....., sendo formalizada por intermédio de instrumento contratual ou nota de empenho, cuja definição ocorrerá de acordo com o valor total a ser disponibilizado para sua aquisição.

**Parágrafo Primeiro**

A eventual compra dos materiais relacionados na Cláusula Terceira desta Ata será efetuada mediante solicitação da secretaria acima, à Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos – SLCC, informando a descrição do objeto a ser adquirido, da quantidade, do prazo para o consumo e da respectiva dotação orçamentária, para a qual será providenciada a respectiva emissão do empenho de despesa.

**Parágrafo Segundo**

Para a contratação, a Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos – SLCC verificará as condições de habilitação exigidas no Edital, no que couber, em cumprimento com o estabelecido no art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14133/2021, bem como se os preços registrados não se encontram superiores àqueles praticados no mercado.

**Parágrafo Terceiro**

Verificada a irregularidade do COMPROMITENTE, este, após formalmente comunicada, deverá no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sanar a impropriedade. Deixando de comparecer no prazo previsto ou não atender determinação, o COMPROMITENTE, ficará sujeita a aplicação das sanções administrativas.

**Parágrafo Quarto**

Na hipótese do preço registrado se tornar superior aquele praticado no mercado o COMPROMITENTE será convidado a reduzir o seu preço, a não aceitação ensejará no cancelamento do seu registro para o determinado material.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**Parágrafo Quinto**

Emitida a Nota de Empenho de despesa, a Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos – SLCC convocará o COMPROMITENTE, que deverá no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, comparecer para assinar o Termo de Contrato ou receber a Nota de Empenho.

**Parágrafo Sexto**

Na hipótese da detentora da Ata de Registro de Preços se negar a receber a convocação para formalizar a contratação, o mesmo será enviado pelo correio, correspondência registrada, considerando-se como efetivamente recebido, na data do registro para todos os efeitos legais ou através da publicação no Órgão Oficial do Município e no Jornal de grande circulação, considerando-se como efetivamente a data da Edição. Deixando de comparecer no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, ficará sujeita a aplicação das sanções administrativas ao faltoso.

**Parágrafo Sétimo**

O contratante fica obrigado a verificar a necessidade permanente de pesquisa de mercado, inclusive antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados (Art.162, VI, do Decreto Municipal nº 3884/2024).

**CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO, LOCAL E FORMA DE ENTREGA DOS MATERIAIS**

Os kits paradidáticos deverão ser entregues conforme especificado na Ordem de Fornecimento.

As entregas dos kits paradidáticos serão realizadas por meio de 4 (quatro) entregas distintas, sendo uma entrega para cada segmento educacional, conforme detalhamento abaixo:

Segmento	Prazo de Entrega Após a OFOR	Consumo Mínimo por Segmento	Consumo Máximo por Segmento
Creche	30 dias	30%	100%
Anos Iniciais	60 dias	30%	100%
Anos Finais	90 dias	30%	100%
EJA	120 dias	30%	100%

Os materiais serão fornecidos de forma parcelada, de acordo com a quantidade estipulada pela Divisão de Suprimentos – DISU/SEMEDE, observando as seguintes condições:

- No prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data determinada no campo “data de início” da Ordem de Fornecimento, que será emitida pela Secretaria Municipal de ..... - ....., após a assinatura do Contrato e empenhamento da despesa.
- A empresa a ser CONTRATADA deverá entregar os materiais diretamente na Divisão de Suprimentos, situada na Rua Niterói, nº 130 – Jardim Mariléa – Rio das Ostras, de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h, exceto em feriados.

**Parágrafo Primeiro**

Os materiais serão recebidos pela COMISSÃO formada por 3 (três) membros Secretaria Municipal de ..... - ..... na forma estabelecida abaixo:





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

A COMISSÃO poderá receber os materiais conforme abaixo:

- Provisoriamente, para análise e comprovação da conformidade do material/produto com sua exata especificação. O recebimento provisório não se traduz por aceitação. Esta somente será efetivada após ter sido o material periciado e julgado em condições de ser aceito.
- Definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório, ou pelo prazo para entrega do laudo técnico, caso seja necessário, quando será demonstrada a aceitação do material, após ser verificada a boa qualidade dos materiais.

**Parágrafo Segundo**

O produto deverá obedecer ao Código de Defesa do Consumidor.

**Parágrafo Terceiro**

No caso de vícios do produto, não sendo sanado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, caberá o positivado no Art. 18 § 1º, incisos I, II e III da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor bem como, caberá aplicação de multa nos termos do Decreto Municipal nº 4039/2024.

**Parágrafo Quarto**

O objeto deverá ter garantia contra defeitos de fabricação, a contar da data de expedição do termo de recebimento definitivo e/ou carimbo de certificação/aceitação do objeto na fatura.

**Parágrafo Quinto**

O objeto deverá ser compatível com as normas técnicas exigíveis.

**CLÁUSULA NONA – DA MANUTENÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELAS PARTES**

As partes se obrigam a cumprir todas as condições abaixo estipuladas:

**Parágrafo Primeiro**

Compete ao MUNICÍPIO, através da Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos – SLCC:

- (a) administrar a presente Ata, acompanhando as prestações realizadas, o quantitativo solicitado e adquirido.
- (b) cuidar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação exigidas na licitação.
- (c) acompanhar a perfeita execução do presente Registro de Preços
- (d) solicitar a Secretaria Municipal de Fazenda a emissão da nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente a aquisição dos materiais.
- (e) contratar com aquele que detém o Preço Registrado, ou em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo se contratar por outra forma.
- (f) tomar providências para a formalização dos aditamentos somente em casos permitidos na legislação de regência, considerando a impossibilidade de aumento de quantitativo da ARP.

**Parágrafo Segundo**

Compete ao MUNICÍPIO, através da Secretaria Municipal de .....

- (a) requisitar, formalmente, o eventual fornecimento, definindo o prazo de consumo e o quantitativo dos materiais;
- (b) formar uma comissão para receber os materiais, provisoriamente e definitivamente, visando o controle da qualidade e quantidade,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

- (c) cuidar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação técnica exigida na licitação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas, como os prazos de fornecimento e de substituição dos materiais;
- (d) fiscalizar a perfeita execução do futuro contrato,
- (e) definir a dotação orçamentária

**Parágrafo Terceiro**

Compete ao COMPROMITENTE a ser contratado:

- (a) entregar os materiais no local indicado e nas condições estabelecidas no edital.
- (b) atender todos os pedidos durante o período de duração do Registro de Preços.
- (c) providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Secretaria Municipal de ..... - ....., referentes à forma e prazo de fornecimento dos materiais e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata.
- (d) apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, a medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.
- (e) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.

**CLÁUSULA DÉCIMA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**Parágrafo Primeiro**

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**Parágrafo Segundo**

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**Parágrafo Terceiro**

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**Parágrafo Quarto**

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Quinto**

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

**Parágrafo Sexto**

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**Parágrafo Primeiro**

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**Parágrafo Segundo**

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**Parágrafo Terceiro**

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**Parágrafo Quarto**

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**Parágrafo Quinto**

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Sexto**

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**Parágrafo Sétimo**

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**Parágrafo Oitavo**

Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**Parágrafo Nono**

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**Parágrafo Décimo**

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**Parágrafo Décimo Primeiro**

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**Parágrafo Décimo Segundo**

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, nas hipóteses previstas abaixo, respeitada, no que couber, o direito de justificativa e ampla defesa.

**Parágrafo Primeiro**

Pela Administração quando:

- (a) o COMPROMITENTE não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- (b) o COMPROMITENTE não formalizar o contrato, decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO;
- (c) ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- (d) se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado torna-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 171, § 8º, do Decreto nº 3884, de 2024
- (e) o COMPROMITENTE der causa à rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços ou contrato decorrente do Registro de Preços,
- (f) por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

**Parágrafo Segundo**

Pelo COMPROMITENTE, mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução das obrigações, decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado estar impossibilitada de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas no instrumento convocatório, nesta ATA, bem como perdas e danos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

O COMPROMITENTE estará sujeito às penalidades previstas no item 12 do Edital, ficando sujeita, ainda, às demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 4039/2024, e nas demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E AO CONTRATO**

Fazem parte integrante e complementar desta Ata de Registro Nº XXX/2026, independentemente de sua transcrição, cláusulas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90013/2026 e seus





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

anexos, na Proposta de Preços (Anexo IV) e do Termo de Contrato, que vier a ser assinado, constante do **Processo Administrativo nº 28921/2025** porventura aqui omitidas.

**Parágrafo Primeiro**

Fica estabelecido que em caso de divergência, discrepâncias e interpretações entre o contido nesta Ata de Registro de Preços e no Edital prevalecerá sempre este último.

**Parágrafo Segundo**

A eventual tolerância de qualquer infração às disposições desta Ata de Registro de Preços, do Edital, da legislação ou das normas aplicáveis, não figurará novação, renúncia ou perda de quaisquer direitos do MUNICÍPIO ou do COMPROMITENTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA VEDAÇÃO A ACRESCIMOS DE QUANTITATIVOS**

**Parágrafo Único**

E vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade, da Administração Pública Municipal, que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, conforme o disposto no art. 157, do Decreto 3884/2024.

**Parágrafo Primeiro**

As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório, registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

**Parágrafo Segundo**

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

- a) Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.
- b) Os órgãos ou entidades poderão solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º, do art. 86, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO CADASTRO DE RESERVA**

Não houve participantes do procedimento licitatório interessados no Cadastro de Reserva.

OU

De acordo com o disposto no item 11 do edital de licitação, e conforme registrado no **Anexo A** dessa Ata de Registro de Preços, também fica formalizado o Cadastro de Reserva do \_\_\_\_ fornecedor(es)/prestador(es) de serviços interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, com preços iguais ao do licitante vencedor, havendo cancelamento de registro e seguindo a ordem de classificação final no certame, por grupo pelo período remanescente da vigência originalmente prevista para o registro de preços.

**Parágrafo Primeiro**

A formação de Cadastro de Reserva vincula o(s) particular(es) aos termos da proposta do titular em relação ao preço, obrigando-se a assumir a titularidade do registro em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ordem de classificação.

**Parágrafo Segundo**

A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no Cadastro de Reserva, da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação prevista no edital de licitação.

**Parágrafo Terceiro**

Havendo alteração da titularidade do registro com base no Cadastro de Reserva, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

**Parágrafo Quarto**

A convocação de licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, com a oportuna verificação das condições de habilitação previstas no edital de licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PAGAMENTO**

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

O COMPROMITENTE deve ter pleno conhecimento das disposições constantes desta Ata, bem como de todas as condições gerais, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo à do perfeito cumprimento do Termo de Ata.

**Parágrafo Primeiro**

O presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**Parágrafo Segundo**

Fica eleito o foro do Contrato o da Comarca do Município de Rio das Ostras para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em 04 vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio das Ostras, ..... de ..... de 2026.

**P/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER – SEMEDE**

**P/ CONTRATADA**

**Testemunhas:**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025

ANEXO II A - CADASTRO DE RESERVA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

De acordo com disposto no item 11 do edital de licitação por **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90013/2026**, para o fornecimento/execução de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, ficam registrados os preços dos licitantes que aceitaram cotar os serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

<b>Xª Classificada</b>						
<b>Empresa:</b>						
<b>Endereço:</b>						
<b>CNPJ:</b>		<b>E-mail:</b>		<b>Telefone:</b>		
<b>ITEM</b>	<b>LOTE</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QTD TOTAL ESTIMADA</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO R\$</b>	<b>SUBTO TAL R\$</b>
01	01		Unidade			
<b>TOTAL ESTIMADO</b>						
02	02		Unidade			
<b>TOTAL ESTIMADO LOTE 02</b>						
03	03		Unidade			
04			Unidade			
05			Unidade			
<b>TOTAL ESTIMADO LOTE 3</b>						
<b>PREÇO TOTAL REGISTRADO</b>						



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025

ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
LOTE	ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTD	VALORES ESTIMADOS (R\$)	
		Descrição do material			Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
1	1.1	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos – Alunos	KIT	1231		
	1.2	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos - Professor	KIT	70		
	1.3	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos - Coordenador	KIT	9		
	1.4	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos – Alunos	KIT	985		
	1.5	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos – Professor	KIT	41		
	1.6	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos - Coordenador	KIT	9		
VALOR TOTAL (R\$)						

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
2	2.1	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos – Alunos	KIT	1361		
	2.2	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos – Professor	KIT	70		
	2.3	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos - Coordenador	KIT	9		
	2.4	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos – Alunos	KIT	1506		
	2.5	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos – Professor	KIT	72		
	2.6	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos - Coordenador	KIT	9		
VALOR TOTAL (R\$)						

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
3	3.1	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos – Alunos	KIT	916		
	3.2	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos – Professor	KIT	41		
	3.3	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos - Coordenador	KIT	9		
VALOR TOTAL (R\$)						





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
4	4.1	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos – Alunos	KIT	1375		
	4.2	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos – Professor	KIT	70		
	4.3	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos - Coordenador	KIT	9		
	4.4	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos – Alunos	KIT	1530		
	4.5	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos – Professor	KIT	72		
	4.6	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos - Coordenador	KIT	9		
VALOR TOTAL (R\$)						

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
5	5.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano – Alunos	KIT	1779		
	5.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano – Professor	KIT	77		
	5.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano - Coordenador	KIT	9		
	5.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano – Alunos	KIT	1783		
	5.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano- Professor	KIT	72		
	5.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano - Coordenador	KIT	9		
	5.7	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano – Alunos	KIT	1761		
	5.8	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano- Professor	KIT	57		
	5.9	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano - Coordenador	KIT	9		
VALOR TOTAL (R\$)						

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
6	6.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano – Alunos	KIT	1901		
	6.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano- Professor	KIT	60		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

6.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano - Coordenador	KIT	9		
6.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano – Alunos	KIT	1667		
6.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano-Professor	KIT	50		
6.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano - Coordenador	KIT	9		
<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>					

<b>CATMAT 464269</b>					
<b>DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA</b>					
<b>7</b>	7.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano – Alunos	KIT	2043	
	7.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano-Professor	KIT	63	
	7.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano – Coordenador	KIT	9	
	7.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano – Alunos	KIT	2095	
	7.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano-Professor	KIT	61	
	7.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano – Coordenador	KIT	9	
	7.7	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano – Alunos	KIT	1858	
	7.8	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano-Professor	KIT	53	
	7.9	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano – Coordenador	KIT	9	
	7.10	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano – Alunos	KIT	1457	
	7.11	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano-Professor	KIT	43	
	7.12	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano – Coordenador	KIT	9	
<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>					

<b>CATMAT 464269</b>					
<b>DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA</b>					
<b>8</b>	8.1	Projeto LER & Reler - EJA 1º segmento – Alunos	KIT	133	
	8.2	Projeto LER & Reler - EJA 1º segmento - Professor	KIT	4	
	8.3	Projeto LER & Reler - EJA 1º segmento - Coordenador	KIT	3	
	8.4	Projeto LER & Reler - EJA 2º segmento – Alunos	KIT	393	
	8.5	Projeto LER & Reler - EJA 2º segmento - Professor	KIT	4	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

8.6	Projeto LER & Reler - EJA 2º segmento - Coordenador	KIT	3		
<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>					

<b>COTA RESERVADA À ME / EPP</b>					
<b>CATMAT 464269</b>					
<b>COTA RESERVADA À ME / EPP</b>					
<b>9</b>	9.1	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos – Alunos	KIT	92	
	9.2	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos - Professor	KIT	7	
	9.3	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos - Coordenador	KIT	1	
	9.4	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos – Alunos	KIT	74	
	9.5	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos – Professor	KIT	4	
	9.6	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos - Coordenador	KIT	1	
<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>					

<b>CATMAT 464269</b>					
<b>COTA RESERVADA À ME / EPP</b>					
<b>10</b>	10.1	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos – Alunos	KIT	70	
	10.2	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos – Professor	KIT	7	
	10.3	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos - Coordenador	KIT	1	
	10.4	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos – Alunos	KIT	79	
	10.5	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos – Professor	KIT	8	
	10.6	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos - Coordenador	KIT	1	
<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>					

<b>CATMAT 464269</b>					
<b>COTA RESERVADA À ME / EPP</b>					
<b>11</b>	11.1	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos – Alunos	KIT	143	
	11.2	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos – Professor	KIT	4	
	11.3	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos - Coordenador	KIT	1	
<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

CATMAT 464269						
COTA RESERVADA À ME / EPP						
12	12.1	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos – Alunos	KIT	56		
	12.2	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos – Professor	KIT	7		
	12.3	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos - Coordenador	KIT	1		
	12.4	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos – Alunos	KIT	55		
	12.5	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos – Professor	KIT	8		
	12.6	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos - Coordenador	KIT	1		
VALOR TOTAL (R\$)						

CATMAT 464269						
COTA RESERVADA À ME / EPP						
13	13.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano – Alunos	KIT	38		
	13.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano – Professor	KIT	8		
	13.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano - Coordenador	KIT	1		
	13.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano – Alunos	KIT	38		
	13.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano- Professor	KIT	8		
	13.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano - Coordenador	KIT	1		
	13.7	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano – Alunos	KIT	37		
	13.8	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano- Professor	KIT	6		
	13.9	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano - Coordenador	KIT	1		
VALOR TOTAL (R\$)						

CATMAT 464269						
COTA RESERVADA À ME / EPP						
14	14.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano – Alunos	KIT	62		
	14.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano- Professor	KIT	6		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

14.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano - Coordenador	KIT	1		
14.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano – Alunos	KIT	61		
14.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano-Professor	KIT	5		
14.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano - Coordenador	KIT	1		
<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>					

<b>CATMAT 464269</b>					
<b>COTA RESERVADA À ME / EPP</b>					
<b>15</b>	15.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano – Alunos	KIT	29	
	15.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano-Professor	KIT	6	
	15.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano – Coordenador	KIT	1	
	15.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano – Alunos	KIT	29	
	15.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano-Professor	KIT	6	
	15.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano – Coordenador	KIT	1	
	15.7	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano – Alunos	KIT	29	
	15.8	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano-Professor	KIT	5	
	15.9	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano – Coordenador	KIT	1	
	15.10	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano – Alunos	KIT	19	
	15.11	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano-Professor	KIT	4	
	15.12	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano – Coordenador	KIT	1	
<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>					

<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>	
--------------------------	--

No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Sistema Compras.gov.br, prevalecerá a descrita neste edital.

Para cálculo da Proposta de Preços deve-se utilizar o truncamento em todas as multiplicações com apenas duas casas decimais, no Valor Unitário pelo quantitativo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025

ANEXO IV – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
LOTE	ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTD	VALORES ESTIMADOS	
		Descrição do material			Preço Unit.	Preço Total
1	1.1	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos – Alunos	KIT	1231	R\$ 440,16	R\$ 541.836,96
	1.2	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos - Professor	KIT	70	R\$ 569,28	R\$ 39.849,60
	1.3	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos - Coordenador	KIT	9	R\$ 580,15	R\$ 5.221,35
	1.4	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos – Alunos	KIT	985	R\$ 427,77	R\$ 421.353,45
	1.5	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos – Professor	KIT	41	R\$ 546,08	R\$ 22.389,28
	1.6	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos - Coordenador	KIT	9	R\$ 566,22	R\$ 5.095,98
VALOR TOTAL						R\$ 1.035.746,62

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
2	2.1	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos – Alunos	KIT	1361	R\$ 483,51	R\$ 658.057,11
	2.2	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos – Professor	KIT	70	R\$ 514,74	R\$ 36.031,80
	2.3	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos - Coordenador	KIT	9	R\$ 517,62	R\$ 4.658,58
	2.4	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos – Alunos	KIT	1506	R\$ 471,05	R\$ 709.401,30
	2.5	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos – Professor	KIT	72	R\$ 502,29	R\$ 36.164,88
	2.6	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos - Coordenador	KIT	9	R\$ 504,76	R\$ 4.542,84
VALOR TOTAL						R\$ 1.448.856,51

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
3	3.1	Projeto Ler & Rer - Educação Infantil 3 anos – Alunos	KIT	916	R\$ 534,09	R\$ 489.226,44
	3.2	Projeto Ler & Rer - Educação Infantil 3 anos – Professor	KIT	41	R\$ 622,09	R\$ 25.505,69
	3.3	Projeto Ler & Rer - Educação Infantil 3 anos - Coordenador	KIT	9	R\$ 626,41	R\$ 5.637,69
VALOR TOTAL						R\$ 520.369,82





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
4	4.1	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos – Alunos	KIT	1375	R\$ 635,30	R\$ 873.537,50
	4.2	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos – Professor	KIT	70	R\$ 667,91	R\$ 46.753,70
	4.3	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos - Coordenador	KIT	9	R\$ 671,00	R\$ 6.039,00
	4.4	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos – Alunos	KIT	1530	R\$ 599,04	R\$ 916.531,20
	4.5	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos – Professor	KIT	72	R\$ 630,02	R\$ 45.361,44
	4.6	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos - Coordenador	KIT	9	R\$ 633,46	R\$ 5.701,14
VALOR TOTAL						R\$ 1.893.923,98

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
5	5.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano – Alunos	KIT	1779	R\$ 536,66	R\$ 954.718,14
	5.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano – Professor	KIT	77	R\$ 603,96	R\$ 46.504,92
	5.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano - Coordenador	KIT	9	R\$ 606,73	R\$ 5.460,57
	5.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano – Alunos	KIT	1783	R\$ 568,60	R\$ 1.013.813,80
	5.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano-Professor	KIT	72	R\$ 636,58	R\$ 45.833,76
	5.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano - Coordenador	KIT	9	R\$ 631,58	R\$ 5.684,22
	5.7	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano – Alunos	KIT	1761	R\$ 589,44	R\$ 1.038.003,84
	5.8	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano-Professor	KIT	57	R\$ 649,75	R\$ 37.035,75
	5.9	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano - Coordenador	KIT	9	R\$ 653,24	R\$ 5.879,16
VALOR TOTAL						R\$ 3.152.934,16

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
6	6.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano – Alunos	KIT	1901	R\$ 571,99	R\$ 1.087.352,99
	6.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano-Professor	KIT	60	R\$ 638,43	R\$ 38.305,80



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

6.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano - Coordenador	KIT	9	R\$ 643,84	R\$ 5.794,56
6.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano – Alunos	KIT	1667	R\$ 585,82	R\$ 976.561,94
6.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano-Professor	KIT	50	R\$ 653,73	R\$ 32.686,50
6.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano - Coordenador	KIT	9	R\$ 664,87	R\$ 5.983,83
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 2.146.685,62</b>

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
7	7.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano – Alunos	KIT	2043	R\$ 567,26	R\$ 1.158.912,18
	7.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano-Professor	KIT	63	R\$ 635,30	R\$ 40.023,90
	7.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano – Coordenador	KIT	9	R\$ 641,00	R\$ 5.769,00
	7.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano – Alunos	KIT	2095	R\$ 591,10	R\$ 1.238.354,50
	7.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano-Professor	KIT	61	R\$ 659,41	R\$ 40.224,01
	7.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano – Coordenador	KIT	9	R\$ 661,94	R\$ 5.957,46
	7.7	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano – Alunos	KIT	1858	R\$ 600,06	R\$ 1.114.911,48
	7.8	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano-Professor	KIT	53	R\$ 667,62	R\$ 35.383,86
	7.9	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano – Coordenador	KIT	9	R\$ 672,28	R\$ 6.050,52
	7.10	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano – Alunos	KIT	1457	R\$ 640,68	R\$ 933.470,76
	7.11	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano-Professor	KIT	43	R\$ 708,91	R\$ 30.483,13
	7.12	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano – Coordenador	KIT	9	R\$ 715,64	R\$ 6.440,76
VALOR TOTAL					R\$ 4.615.981,56	

CATMAT 464269						
DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA						
8	8.1	Projeto LER & Reler - EJA 1º segmento – Alunos	KIT	133	R\$ 543,84	R\$ 72.330,72
	8.2	Projeto LER & Reler - EJA 1º segmento - Professor	KIT	4	R\$ 612,26	R\$ 2.449,04
	8.3	Projeto LER & Reler - EJA 1º segmento - Coordenador	KIT	3	R\$ 628,97	R\$ 1.886,91
	8.4	Projeto LER & Reler - EJA 2º segmento – Alunos	KIT	393	R\$ 532,43	R\$ 209.244,99
	8.5	Projeto LER & Reler - EJA 2º segmento - Professor	KIT	4	R\$ 600,60	R\$ 2.402,40



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

8.6	Projeto LER & Reler - EJA 2º segmento - Coordenador	KIT	3	R\$ 627,10	R\$ 1.881,30
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 290.195,36</b>

COTA RESERVADA À ME / EPP						
CATMAT 464269						
COTA RESERVADA À ME / EPP						
9	9.1	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos – Alunos	KIT	92	R\$ 440,16	R\$ 40.494,72
	9.2	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos - Professor	KIT	7	R\$ 569,28	R\$ 3.984,96
	9.3	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 0 a 2 anos - Coordenador	KIT	1	R\$ 580,15	R\$ 580,15
	9.4	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos – Alunos	KIT	74	R\$ 427,77	R\$ 31.654,98
	9.5	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos – Professor	KIT	4	R\$ 546,08	R\$ 2.184,32
	9.6	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 3 anos - Coordenador	KIT	1	R\$ 566,22	R\$ 566,22
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 79.465,35</b>	

CATMAT 464269						
COTA RESERVADA À ME / EPP						
10	10.1	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos – Alunos	KIT	70	R\$ 483,51	R\$ 33.845,70
	10.2	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos – Professor	KIT	7	R\$ 514,74	R\$ 3.603,18
	10.3	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 4 anos - Coordenador	KIT	1	R\$ 517,62	R\$ 517,62
	10.4	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos – Alunos	KIT	79	R\$ 471,05	R\$ 37.212,95
	10.5	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos – Professor	KIT	8	R\$ 502,29	R\$ 4.018,32
	10.6	Projeto Cantando & Contando - Educação Infantil 5 anos - Coordenador	KIT	1	R\$ 504,76	R\$ 504,76
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 79.702,53</b>	

CATMAT 464269						
COTA RESERVADA À ME / EPP						
11	11.1	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos – Alunos	KIT	143	R\$ 534,09	R\$ 76.374,87
	11.2	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos – Professor	KIT	4	R\$ 622,09	R\$ 2.488,36
	11.3	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 3 anos - Coordenador	KIT	1	R\$ 626,41	R\$ 626,41
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 79.489,64</b>	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

CATMAT 464269						
COTA RESERVADA À ME / EPP						
12	12.1	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos – Alunos	KIT	56	R\$ 635,30	R\$ 35.576,80
	12.2	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos – Professor	KIT	7	R\$ 667,91	R\$ 4.675,37
	12.3	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 4 anos - Coordenador	KIT	1	R\$ 671,00	R\$ 671,00
	12.4	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos – Alunos	KIT	55	R\$ 599,04	R\$ 32.947,20
	12.5	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos – Professor	KIT	8	R\$ 630,02	R\$ 5.040,16
	12.6	Projeto Ler & Reler - Educação Infantil 5 anos - Coordenador	KIT	1	R\$ 633,46	R\$ 633,46
VALOR TOTAL						R\$ 79.543,99

CATMAT 464269						
COTA RESERVADA À ME / EPP						
13	13.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano – Alunos	KIT	38	R\$ 536,66	R\$ 20.393,08
	13.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano – Professor	KIT	8	R\$ 603,96	R\$ 4.831,68
	13.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 1º Ano - Coordenador	KIT	1	R\$ 606,73	R\$ 606,73
	13.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano – Alunos	KIT	38	R\$ 568,60	R\$ 21.606,80
	13.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano- Professor	KIT	8	R\$ 636,58	R\$ 5.092,64
	13.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 2º Ano - Coordenador	KIT	1	R\$ 631,58	R\$ 631,58
	13.7	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano – Alunos	KIT	37	R\$ 589,44	R\$ 21.809,28
	13.8	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano- Professor	KIT	6	R\$ 649,75	R\$ 3.898,50
	13.9	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 3º Ano - Coordenador	KIT	1	R\$ 653,24	R\$ 653,24
VALOR TOTAL						R\$ 79.523,53

CATMAT 464269						
COTA RESERVADA À ME / EPP						
14	14.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano – Alunos	KIT	62	R\$ 571,99	R\$ 35.463,38
	14.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano- Professor	KIT	6	R\$ 638,43	R\$ 3.830,58



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

14.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 4º Ano - Coordenador	KIT	1	R\$ 643,84	R\$ 643,84
14.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano – Alunos	KIT	61	R\$ 585,82	R\$ 35.735,02
14.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano-Professor	KIT	5	R\$ 653,73	R\$ 3.268,65
14.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 5º Ano - Coordenador	KIT	1	R\$ 664,87	R\$ 664,87
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 79.606,34</b>

CATMAT 464269						
COTA RESERVADA À ME / EPP						
15	15.1	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano – Alunos	KIT	29	R\$ 567,26	R\$ 16.450,54
	15.2	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano-Professor	KIT	6	R\$ 635,30	R\$ 3.811,80
	15.3	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 6º Ano – Coordenador	KIT	1	R\$ 641,00	R\$ 641,00
	15.4	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano – Alunos	KIT	29	R\$ 591,10	R\$ 17.141,90
	15.5	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano-Professor	KIT	6	R\$ 659,41	R\$ 3.956,46
	15.6	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 7º Ano – Coordenador	KIT	1	R\$ 661,94	R\$ 661,94
	15.7	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano – Alunos	KIT	29	R\$ 600,06	R\$ 17.401,74
	15.8	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano-Professor	KIT	5	R\$ 667,62	R\$ 3.338,10
	15.9	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 8º Ano – Coordenador	KIT	1	R\$ 672,28	R\$ 672,28
	15.10	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano – Alunos	KIT	19	R\$ 640,68	R\$ 12.172,92
	15.11	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano-Professor	KIT	4	R\$ 708,91	R\$ 2.835,64
	15.12	Projeto Ler & Reler - Ensino Fundamental 9º Ano – Coordenador	KIT	1	R\$ 715,64	R\$ 715,64
VALOR TOTAL					R\$ 79.799,96	

<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>	<b>R\$ 15.661.824,97</b>
-----------------------------	--------------------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2026**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:**

O **MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS**, ente de direito público interno, CNPJ nº 39.223.581.0001/66, com sede na Rua Campo de Albacora, nº 75 - Loteamento Atlântica - Rio das Ostras/RJ, doravante denominado **MUNICÍPIO** neste ato representado pelo Secretário de XXXXXXXXXXXXXXX, Sr. XXXXXXXXXXX, brasileiro, XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX e inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXX, residente e domiciliado no XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de um lado, e de outro, a **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXX, nº XXXX, N° xxx – Bairro xxxx – Cidade/ Estado, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXXXXXXXX**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade xxxxxxxxxxxxxxxx e inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, doravante denominado **CONTRATADA**, assinam o presente **CONTRATO**, em conformidade com o resultado do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90013/2026**, oriundo do **Processo administrativo nº 28921/2025**, que se regerá pelas Cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para fornecimento de kits de livros paradidáticos com recursos de acessibilidade e materiais complementares, destinados à Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais e finais, e Educação de Jovens e Adultos (EJA), para atender à Rede Pública Municipal de Ensino de Rio das Ostras, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA (QUANDO COUBER)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1						
2						
...						
<b>TOTAL GERAL R\$</b>						

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO (Art. 84)**

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 das Lei nº 14.133, de 2021.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**Parágrafo Primeiro**

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, sem prejuízo da formalização adequada, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, caso em que deverá o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento

**Parágrafo Segundo**

O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**Parágrafo Terceiro**

O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

*Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

*O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....)*

**Parágrafo Primeiro**

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**Parágrafo Segundo**

*O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

Considerando o disposto no art. 25, § 8º, da Lei n.º 14133/2021, bem como considerando que o prazo começa a ser contado do orçamento estimado, segundo o § 3º do art. 92 da mesma Lei. Os preços inicialmente são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da conclusão do orçamento estimado definitivo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**Parágrafo Primeiro**

Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**Parágrafo Segundo**

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**Parágrafo Terceiro**

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**Parágrafo Quarto**

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

a) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio do termo aditivo.

**Parágrafo Quinto**

O reajuste será realizado por apostilamento, ou por aditivo.

**Parágrafo Sexto**

O reajuste a que a futura contratada fizer jus e não for solicitado durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual, se não houver qualquer ressalva no respectivo termo, ou com o encerramento do contrato.

**Parágrafo Sétimo**

Os pedidos de reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro, conforme o caso, deverão ser respondidos pela Contratante no prazo de 90 (noventa) dias após conclusão da análise final da Secretaria de Controle Interno, devendo a Contratada juntar toda a documentação que for solicitada.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

São obrigações do Contratante:

**Parágrafo Primeiro**

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

**Parágrafo Segundo**

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**Parágrafo Terceiro**

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

**Parágrafo Quarto**

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

**Parágrafo Quinto**

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

**Parágrafo Sexto**

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

**Parágrafo Sétimo**

Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

**Parágrafo Oitavo**

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**Parágrafo Nono**

A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**Parágrafo Décimo**

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

**Parágrafo Décimo Primeiro**

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.

**Parágrafo Décimo Segundo**

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**Parágrafo Décimo Terceiro**

O contratante fica obrigado a verificar a necessidade permanente de pesquisa de mercado, inclusive antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados (Art.162, VI, do Decreto Municipal nº 3884/2024).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do bom e perfeito fornecimento do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**Parágrafo Primeiro**

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**Parágrafo Segundo**

Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**Parágrafo Terceiro**

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**Parágrafo Quarto**

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**Parágrafo Quinto**

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

**Parágrafo Sexto**

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**Parágrafo Sétimo**

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

**Parágrafo Oitavo**

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**Parágrafo Nono**

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**Parágrafo Décimo**

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**Parágrafo Décimo Primeiro**

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**Parágrafo Décimo Segundo**

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Décimo Terceiro**

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

**Parágrafo Décimo Quarto**

Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando for o caso.

**Parágrafo Décimo Quinto**

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando for o caso.

**Parágrafo Décimo Sexto**

Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**Parágrafo Décimo Sétimo**

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre

**CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 96)**

O Contrato conta com garantia de execução, nos moldes do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5 % de seu valor do Contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**Parágrafo Primeiro**

A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 05 (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

**Parágrafo Segundo**

Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

**Parágrafo Terceiro**

A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**Parágrafo Quarto**

Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

**Parágrafo Quinto**

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**Parágrafo Sexto**

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

**Parágrafo Sétimo**

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo acima, observada a legislação que rege a matéria.

**Parágrafo Oitavo**

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica a ser indicada pelo Município, com correção monetária.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**Parágrafo Nono**

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

**Parágrafo Décimo**

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**Parágrafo Décimo Primeiro**

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**Parágrafo Décimo Segundo**

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de ..... (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**Parágrafo Décimo Terceiro**

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**Parágrafo Décimo Quarto**

O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**Parágrafo Décimo Quinto**

Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.

**Parágrafo Décimo Sexto**

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**Parágrafo Décimo Sétimo**

A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**Parágrafo Décimo Oitavo**

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**Parágrafo Décimo Nono**

O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

**Parágrafo Vigésimo**

A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

Com fulcro na **Lei nº 14.133, de 2021**, no Decreto Municipal nº 4039, de 2024, e nas demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**I-Advertência**

**II- Multa:**

- a) compensatória;
- b) de mora.

**III- impedimento de licitar e contratar**

**IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

**Parágrafo Primeiro**

As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “a” do inciso II.

**Parágrafo Segundo**

A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

**I- Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso injustificado, na entrega de material ou execução de serviços e 1% (um por cento) ao dia após o 15º (décimo quinto) dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;**

**II- O atraso na prestação da garantia contratual pelo licitante vencedor ou contratante acarretará a aplicação de multa, nos seguintes termos:**

**a) atraso de 30 (trinta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da garantia;**

**b) atraso entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da garantia;**

**c) atraso superior a 60 (sessenta) dias do termo final para a prestação da garantia: multa de 5% (cinco por cento) do valor da garantia.**

**III- De 3% (três por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços ou para a contratação direta, para aquele que:**

**a) na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;**

**b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;**

**c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

- d) tumultuar a sessão pública da licitação;
  - e) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;
  - f) propor recursos e impugnações manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
  - g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
  - h) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;
  - i) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
  - j) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
  - k) não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;
  - l) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
  - m) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
  - n) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
  - o) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual-EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
  - p) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
  - q) deixar de repor funcionários faltosos;
  - r) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
  - s) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
  - t) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
  - u) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.
- IV-** De 10% (dez por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:
- a) inexecução parcial, com ou sem prejuízo para o ente Contratante;
  - b) quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.
- V-** De 20% (vinte por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:
- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
  - c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
  - d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
  - f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
  - g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato, da Ata de Registro de Preços;
  - h) recusa do infrator em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, salvo se a recusa em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

relevante, do qual não tenha dado causa ou concorrido negligentemente, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, mediante decisão favorável e motivada da autoridade competente;

i) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

**Parágrafo Terceiro**

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

**Parágrafo Quarto**

Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o *caput* e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação.

**Parágrafo Quinto**

O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

**Parágrafo Sexto**

A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste instrumento, cumulando-se os respectivos valores.

**Parágrafo Sétimo**

Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios estabelecido no Decreto Municipal nº 4039, de 2024:

**Parágrafo Oitavo**

Será aplicada a sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I- Impedimento pelo período de até 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) tenha sofrido três penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a seis meses;
- f) recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos no contrato e/ou na Ata de Registro de Preços;
- g) tumultue a sessão pública de licitação;
- h) dê ensejo ao cancelamento parcial do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços;
- i) deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- j) ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;
- k) deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- l) induza em erro a Administração;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

m) seja reincidente na penalidade de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:

1. atraso na execução do objeto;
2. alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;
3. não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa.

n) atraso na execução do disposto na Ata de Registro de Preços ou no contrato;

II- Impedimento pelo período entre 01 (um) ano até 02 (dois) anos, caso o infrator:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) a paralisação injustificada do serviço, da obra ou do fornecimento de bens;

c) à rescisão do contrato e/ou Ata de Registro de Preços;

d) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;

e) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade.

III- impedimento pelo período entre 02 (dois) anos até 03 (três) anos, caso o infrator:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

c) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações ou contratações diretas, no momento da contratação ou durante a execução do contrato;

d) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;

e) comportamento inidôneo;

f) apresentação de documentação falsa

g) falha ou fraude na execução do contrato;

h) fraude fiscal.

#### **Parágrafo Nono**

A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

#### **Parágrafo Décimo**

Será aplicada a sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I- Pelo período entre 03 (três) anos até 04 (quatro) anos, no caso de o infrator:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

II- Pelo período entre 04 (quatro) anos até 05 (cinco) anos, no caso de o infrator:

a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

III- pelo período entre 05 (cinco) anos até 06 (seis) anos, caso o infrator:

a) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa);

b) existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais;

c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**Parágrafo Décimo Primeiro**

Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º do Decreto Municipal nº 4039, de 2024, pelo prazo máximo de 06 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**Parágrafo Décimo Segundo**

**O cometimento** de mais de 01 (uma) infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente 01 (uma) delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

**Parágrafo Décimo Terceiro**

A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**Parágrafo Décimo Quarto**

Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**Parágrafo Décimo Quinto**

Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**Parágrafo Décimo Sexto**

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**Parágrafo Décimo Sétimo**

A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**Parágrafo Primeiro**

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.







ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**Parágrafo Segundo**

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**Parágrafo Terceiro**

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**Parágrafo Quarto**

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**Parágrafo Quinto**

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**Parágrafo Sexto**

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

**Parágrafo Sétimo**

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Oitavo**

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021)."

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- Fonte de Recursos:
- Programa de Trabalho:
- Elemento de Despesa:
- Nota de Empenho:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

A administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem na sua manutenção.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal 3884/2024, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Primeiro**

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**Parágrafo Segundo**

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do jurídico jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Terceiro**

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**Parágrafo Primeiro**

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**Parágrafo Segundo**

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**Parágrafo Terceiro**

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**Parágrafo Quarto**

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

**Parágrafo Quinto**

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação de cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**Parágrafo Sexto**

É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**Parágrafo Sétimo**

O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**Parágrafo Oitavo**

O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**Parágrafo Nono**

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**Parágrafo Décimo**

Banco de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeitos de responsabilização, em caso de eventuais casos de omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**Parágrafo Décimo Primeiro**

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**Parágrafo Décimo Segundo**

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

Caberá ao MUNICÍPIO fiscalizar a execução deste Contrato, de forma imediata através da Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

**Parágrafo Primeiro**

Os servidores responsáveis pela fiscalização deste contrato, que deverão acompanhar toda execução, bem como atestar a sua realização, serão:





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28921/2025**

Gestor de contrato: XXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX  
Fiscal Administrativo: XXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX  
Fiscal Técnico: XXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX

**Parágrafo Segundo**

Incumbe à fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios, definidos na legislação pertinente, nas especificações dos serviços, neste Contrato, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas no Contrato e na legislação em vigor, observado o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO (art. 92, §1º)**

Fica eleito o Foro da Justiça do Município de Rio das Ostras para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Rio das Ostras, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**P/ SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXXX**

**P/ CONTRATADA**

**Testemunhas:**